



CONEXÃO EDUCACIONAL

*A educação especial no
contexto da educação inclusiva*

ORGANIZADORA:
BETIJANE SOARES DE BARROS

VOLUME
X

Φ Phillos

A coleção "Conexão Educacional" tem por finalidade colocar à disposição de professores, estudantes e interessados de diversas áreas, textos que coloquem em evidência questões referentes à educação, no seu contexto de realidade.

ISBN 978-855296225-0



Φ Phillos
www.editoraphillos.com



CONEXÃO EDUCACIONAL

*A educação especial no contexto da educação
inclusiva*

VOLUME X

DIREÇÃO EDITORIAL: Willames Frank
DIAGRAMAÇÃO: Jeamerson de Oliveira
DESIGNER DE CAPA: Jeamerson de Oliveira / Willames Frank

O padrão ortográfico, o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas do autor. Da mesma forma, o conteúdo da obra é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu autor.



Todos os livros publicados pela Editora Phillos estão sob os direitos da Creative Commons 4.0
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

2017 Editora PHILLOS
Av. Santa Maria, Parque Oeste, 601.
Goiânia-GO
www.editoraphillos.com
editoraphillos@gmail.com

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S104p

BARROS, Betijane Soares de

Conexão Educacional: A educação especial no contexto da educação inclusiva. (Volume X). [recurso impresso] / Betijane Soares de Barros. – Goiânia, GO: Editora Phillos, 2018.

ISBN: 978-85-52962-52-6

Disponível em: <http://www.editoraphillos.com>

1. Educação. 2. Filosofia da Educação. 3. Pedagogia.
4. Aprendizagem. 5. Ensino. I. Título.

CDD: 370

Índices para catálogo sistemático:
Educação 370

BETIJANE SOARES DE BARROS (ORG.)

CONEXÃO EDUCACIONAL

*A educação especial no contexto da educação
inclusiva*

VOLUME X

Goiânia-GO
2018

Editora
Phillos

Direção Editorial

Willames Frank da Silva Nascimento

Comitê Científico Editorial

Dr. Alberto Vivar Flores

Universidade Federal de Alagoas | UFAL (Brasil)

Dr^a. María Josefina Israel Semino

Universidade Federal do Rio Grande | FURG (Brasil)

Dr. Arivaldo Sezyshta

Universidade Federal da Paraíba | UFPB (Brasil)

Dr. Dante Ramaglia

Universidad Nacional de Cuyo | UNCUYO (Argentina)

Dr. Francisco Pereira Sousa

Universidade Federal de Alagoas | UFAL (Brasil)

Dr. Sirio Lopez Velasco

Universidade Federal do Rio Grande | FURG(Brasil)

Dr. Thierno Diop

Université Cheikh Anta Diop de Dakar | (Senegal)

Dr. Pablo Díaz Estevez

Universidad De La República Uruguay | UDELAR (Uruguai)

SUMÁRIO

CAPÍTULO I	09
EDUCAÇÃO BRASILEIRA: ROMPENDO BARREIRAS, VIVENCIANDO A INCLUSÃO <i>Eliene Maria Vieira dos Santos</i>	
CAPÍTULO II	22
ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: ENTES COMPLEMENTARES NO PROCESSO EDUCACIONAL <i>José Jaédson de Almeida Silva</i>	
CAPÍTULO III	38
AS CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN E SUA INCLUSÃO NA ESCOLA REGULAR: UM ESTUDO DE CASO <i>Jardiel Marcos Santos da Silva</i> <i>Madson Marcio de Farias Leite</i> <i>Antonia Izabel da Silva Meyer</i>	
CAPÍTULO IV	60
A IMPORTÂNCIA DAS NOVAS TECNOLOGIAS NA ESCOLA E A NECESSIDADE DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA O USO DAS TICs EM SALA DE AULA <i>Joisy da Silva Soares</i>	
CAPÍTULO V	
UMA PÁGINA WEB PARA UM CURSO DE ESPAÑHOL COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA. UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	77
<i>Délia Hilda Ortiz</i>	

CAPÍTULO VI..... 97

**LIBRAS — MÃOS QUE TRANSMITEM
SONHOS A VIDA DOS QUE NÃO OUVEM**

Marluce Ferreira de Carvalho

CAPÍTULO I

EDUCAÇÃO BRASILEIRA: ROMPENDO BARREIRAS, VIVENCIANDO A INCLUSÃO¹

*Eliene Maria Vieira dos Santos*²

1. INTRODUÇÃO

Com o crescimento da inserção da sociedade na era digital, o potencial das tecnologias de mídia para promover o desenvolvimento e a inclusão social tem sido globalmente reconhecido e explorado. Entretanto, enquanto avanços nas tecnologias de informação e comunicação têm permitido o surgimento de novas visões de sociedade e novas maneiras de interação, gerando conhecimento e participação social, estudos apontam que o progresso da sociedade da informação no Brasil tem sido mais devagar do que em outros países que têm explorado de forma mais efetiva a utilização dessas tecnologias como meio de desenvolvimento (NAZARENO; BOCCHINO; MENDES; PAZ FILHO, 2006).

Em nossos dias é possível observar com frequência da utilização do termo inclusão nos discursos, e nestes estão

¹ Trabalho apresentado a Central de Ensino e Aprendizado de Alagoas — CEAP, como requisito parcial para obtenção de conceito no componente curricular: Educação e Antropologia.

² Graduada em Pedagogia (CESMAC), 2008. Especialista em Psicopedagogia Institucional (IEP), 2010. *emvsantos@yahoo.com.br*

distante a realidade vivenciada na educação e na sociedade brasileira. A inclusão social e educacional de pessoas com deficiência significa expandir seus horizontes, tornando-as efetivamente participantes da vida social.

No entanto, inclusão social é um tema que tem ficado em segundo plano por parte da ciência tradicional, que se caracteriza por apoiar-se no desenvolvimento de modelos definidos para os fenômenos estudados, abandonando toda uma área de desenvolvimentos tecnológicos voltados para a inclusão social ainda por progredir. A complexidade nas tecnologias sociais dar-se porque as mesmas devem ser desenvolvidas através de projetos mais abrangentes e contextualizados, situados em contextos sociais reais que integram questões de avanço tecnológico com questões de desenvolvimento humano, social, econômico e cultural. (AKHRAS, 2011).

Além disso, inclusão social é um problema multifacetado, multidisciplinar e complexo, que está longe de possuir o mesmo tipo de base formal que outras disciplinas científicas alcançaram. No entanto, as linguagens formais da tecnologia da informação utilizadas por disciplinas que abordam temas sociais com um enfoque formal, como ciência cognitiva e inteligência artificial, podem oferecer um ponto de partida para a construção de uma base formal para apoiar o projeto e a análise de sistemas de inclusão social (AKHRAS, 2010).

Esses sistemas envolvem processos de participação, mediação e interação nos quais cognição e aprendizado são situados em contextos socioculturais mais amplos e a noção de comunidade de aprendizado se torna central.

2. INCLUSÃO SOCIAL

Sabemos como é difícil pensar que pessoas são excluídas do nosso meio social em razão das características que possuem, seja uma perna mais curta que a outra ou uma dificuldade de aprendizado, por ter autismo e outras deficiências. São pessoas que muitas vezes já nascem com estas características e não conseguem mudar isso, então não é justo que sejam discriminados por isso, ou até mesmo tratados com desigualdade por terem estas características. Para tanto, a inclusão social é o que defende o direito destas pessoas, ou seja, é um conjunto de meios e ações efetivas que combatem a exclusão aos benefícios da vida em sociedade, provocada pela falta de classe social, origem geográfica, educação, idade, existência de deficiência ou preconceitos raciais. Inclusão Social é oferecer aos mais necessitados oportunidades de acesso a bens e serviços, dentro de um sistema que beneficie a todos e não apenas aos mais favorecidos.

A inclusão social dar-se por meio da conquista do espaço social através das interações que acontecem no interior dos grupos sociais contando com as pessoas que sejam ativamente participativas e produtivas dentro da sociedade, isso significa uma participação efetiva na escola, no lazer como também no trabalho. Esta é uma condição esperada pelos indivíduos com algum tipo de deficiência e por todos aqueles que se sentem excluídos do processo produtivo, privados do direito à educação, saúde, moradia e lazer. (BONETI, 1997)

Apesar de sabermos que pessoas são excluídas do meio social em razão das características físicas que possuem como cor da pele, cor dos olhos, altura, peso e formação física. Já nascemos com essas características e não podemos de certa forma, ser culpados por tê-las. Sabemos também que a inclusão está para as pessoas que não possuem oportunidades iguais dentro do contexto social. Porém os excluídos socialmente são também os que são desprovidos de condições financeiras dentro dos padrões impostos pelo sistema, além dos idosos, os negros e as pessoas com deficiências físicas, como cadeirantes, deficientes visuais, auditivos e mentais. Vale ressaltar ainda que, hoje contamos com as leis específicas para cada área, como a das cotas de vagas nas universidades, em relação aos negros, e as que tratam da inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

O mundo sempre esteve fechado para mudanças, em relação a essas pessoas, porém, a partir de 1981, a ONU (Organização das Nações Unidas) criou um decreto tornando tal ano como o Ano Internacional das Pessoas Portadoras de Deficiências (AIPPD), época em que passou-se ao perceber que as pessoas com alguma deficiência eram também merecedoras dos mesmos direitos que os outros cidadãos. (FERREIRA, PINHEIRO E VALÉRIO, 2014, p. 885)

3. INCLUSÃO NA ESCOLA

Ao analisarmos de forma contextualizada a história da educação especial, percebemos que a mesma teve seu

início traçado no século XVI, através dos profissionais da medicina e da pedagogia que, ao contrário dos conceitos que imperavam na época, davam crédito as possibilidades de indivíduos até então considerados ineducáveis. Levando em consideração de maneira mais específica o aspecto pedagógico, onde a educação formal era direito de poucos, esses pioneiros realizaram seus trabalhos construindo as bases tutoriais. (MENDES, 2006)

No cenário do século XVI, a segregação dos divergentes era considerada a melhor opção, instituições como asilos e manicômios foram difundidas como a melhor forma de proteção para a sociedade e os próprios diferentes, resultando em um confinamento “protetor”. Apesar disto, apenas no século XIX, a evolução asilar paralela a criação institucional da escolaridade obrigatória e a falta de capacidade da escola em responsabilizar-se pela aprendizagem de todos os alunos, originou as classes especiais para onde os alunos com mais dificuldades eram encaminhados. (MENDES, 2006)

Os crescentes avanços na educação inclusiva foram construídos à passos lentos. O percurso histórico dessa vereda educacional demonstra quanto já evoluímos e o quanto ainda precisamos evoluir se levarmos em consideração o processo inclusivo em sua totalidade, de acordo com a realidade das escolas de hoje, que ainda possuem grande dificuldade de entender a dinâmica da proposta inclusiva.

De acordo com Dutra e Santos (2010) os movimentos sociais do século XX, influenciaram diretamente o contexto atual da inclusão:

A partir de meados do século XX, com a intensificação dos movimentos sociais de luta contra todas as formas de discriminação que impedem o exercício da cidadania das pessoas com deficiência, emerge, em nível mundial, a defesa de uma sociedade inclusiva. No decorrer desse período histórico, fortalece-se a crítica às práticas de categorização e segregação de alunos encaminhados para ambientes especiais, que conduzem, também, ao questionamento dos modelos homogeneizadores de ensino e de aprendizagem, geradores de exclusão nos espaços escolares.

Na última década, educadores e pais têm, de forma isolada, buscado promover e implementar a inclusão nas escolas, de pessoas com algum tipo de deficiência, visando o resgate do respeito humano e da dignidade, dando a possibilidade do desenvolvimento total e a acessibilidade à todos os recursos da sociedade. Sendo assim, movimentos nacionais e internacionais têm buscado o consenso para a formatação de uma política de integração e de educação inclusiva. (MACIEL, 2000)

Segundo conceitos oriundos do Ministério da Educação/Secretaria da Educação Especial (BRASIL, 2006), é importante enfatizar que a deficiência deve ser vista como uma diferença que pertence à diversidade e não pode ser omitida, pois “ela interfere na forma de ser, agir e sentir das pessoas”. Dessa forma, para promover uma Educação Inclusiva, os sistemas educacionais devem assumir que “as diferenças humanas são normais e que a aprendizagem deve se adaptar às necessidades das crianças ao invés de se adaptar

a criança a assunções preconcebidas a respeito do ritmo e da natureza do processo de aprendizagem” (BRASIL, 1994).

Com a evolução jurídico-institucional do País, a Carta Magna (BRASIL, 1988a) institui no Artigo 227º:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-la a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (p.148)

No que diz respeito à educação, a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) enfatiza que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, determinando a seguir os deveres específicos do Estado: ensino fundamental, obrigatório, gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade; oferta de ensino noturno regular, adequando às condições do educando; atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material

didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (p. 137-138)

Diante desses pressupostos, vários fatores são ofertados para contribuir de forma eficiente para o desenvolvimento socioeducativo dos indivíduos com deficiência. Se faz necessário que haja a implementação de políticas públicas de qualidade e aplicadas de forma responsável. Pois a garantia dada pela lei, diverge na prática do que está escrito. Esforços isolados é a forma mais comum que podemos observar a inclusão. Não obstante devemos ressaltar a importância da participação do estado, dos educadores, dos pais e da sociedade na construção efetiva e permanente de uma realidade sem a exclusão das pessoas com deficiência.

Segundo Marciel (2000) o olhar atual sobre as diferenças deve ser superado, uma vez que a capacidade de superação deve ser destacada:

A falta de conhecimento da sociedade, em geral, faz com que a deficiência seja considerada uma doença crônica, um peso ou um problema. O estigma da deficiência é grave, transformando as pessoas cegas, surdas e com deficiências mentais ou físicas em seres incapazes, indefesos, sem direitos, sempre deixados para o segundo lugar na ordem das coisas. É necessário muito esforço para superar este estigma. (p. 53)

Na literatura encontramos ainda que a inclusão é benéfica aos alunos sem deficiência, de uma forma geral esses educandos tornam-se mais sensíveis as questões de

discriminação que observadas no cotidiano e mais críticos sobre as formas de estereótipos produzidos socialmente. Desenvolvendo assim habilidades de aceitação e flexibilidade que são de extrema importância para a vida em uma comunidade democrática. Além do desenvolvimento mais perceptível para a liderança e a cooperação.

CONCLUSÃO

Neste cenário a educação inclusiva torna-se enfoque para diversas discussões a respeito dos direitos e deveres da sociedade como todo. Visando promover as condições de acessibilidade necessária para o desenvolvimento das pessoas permitindo melhorar nos aspectos sociocultural, políticos e econômicos. Por isso, é essencial ultrapassar a fronteira dos debates e inserir ações efetivas que envolvam a família e a comunidade, em conjunto com o Estado, para assim atender as necessidades básicas da criança e do adolescente. Em uma prática capaz de garantir seus direitos e a formação da cidadania.

Sendo assim, hoje já poderíamos contar com ferramentas que auxiliam no processo de inclusão, destacando os materiais didáticos, salas bem equipadas permitindo assim o trabalho especializado dos professores. A escassez de informação básica a respeito da população com deficiência tem sido uma grande barreira para o planejamento de ações capazes de promover sua inserção no meio social. Muitas vezes, a falta de acesso impede que a pessoa com deficiência frequente determinados locais. É de extrema importância que a acessibilidade não seja somente de ordem física, mas também priorize a sociabilidade e o convívio dentro do ambiente escolar.

Não devemos reforçar uma visão perpetuada por várias épocas que supõe que o problema está no indivíduo ao invés das metodologias educacionais, currículos e organização escolar. A aceitação e a valorização da

diversidade de classes sociais, de culturas, de maneiras individuais de aprender, de habilidades, de línguas, de religiões e etc., podem ser consideradas o início da criação de um ambiente educacional de qualidade para todos.

Metodologias inclusivas beneficiam a todos os alunos, pois eles podem descobrir juntos que existem formas diferentes para executar determinada atividade. A aprendizagem de todos deve ser garantida pelo ambiente escolar e este não deve segregar ou privilegiar somente uma pequena porção da comunidade atendida. Se faz necessário a criação e elaboração de programas e currículos capazes de proporcionar uma educação de qualidade a todos. Os educadores necessitam dos instrumentos que possibilitem uma visão do aluno em sua totalidade sendo estes dotados de um potencial ilimitado de aprender.

REFERÊNCIAS

- AKHRAS, F. N.; FRANÇA, M. F. **Inclusão digital em contextos sociais**. In: WORKSHOP GESITI E II GESITI/SAÚDE, VI, Campinas,2010, *Anais*, p. 1-6.
- AKHRAS, F. N, **Inclusão Social**, Brasília, v. 4, n. 2, p. 25-37, 2011.
- BONETI, R.V.F. **O Papel da Escola na Inclusão Social do Deficiente Mental**. In: Mantoan, M.T.E. org. A Integração de Pessoas com Deficiência: contribuições para reflexão sobre o tema. Editora Memnon, São Paulo, 1997.
- BRASIL, **Constituição Federal**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial**. Secretaria de Educação Especial, Brasília, 1994.
- BRASIL, **Ensaio pedagógicos**. Brasília : Ministério da Educação,Secretaria de Educação Especial, 2006.
- DUTRA C. P.; SANTOS M. C. D. , Os rumos da educação especial no Brasil frente ao paradigma da educação inclusiva. **Inclusão: Revista da Educação especial**, Brasília, v.5, n.2, p. 19-24, 2010.
- FRREIRA, A. L. O.; PINHEIRO, L. B.; VALÉRIO M. N. M. A espacialização do surdo em Belém do Pará. O

território como uso social do espaço urbano. **I Simpósio Mineiro de Geografia**. 2014.

MENDES, E. G.; A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33, 2006, p. 387.

MACIEL M. R. C. Portadores de deficiência a questão da inclusão social, **São Paulo em Perspectiva**, v. 14, n.2, 2000.

NAZARENO, C.; BOCCHINO, E. V.; MENDES, F. L.; PAZ FILHO, J. S. Tecnologias da Informação e Sociedade: o Panorama Brasileiro. Brasília: **Câmara dos Deputados**, 2006, p. 187.

CAPÍTULO II

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: ENTES COMPLEMENTARES NO PROCESSO EDUCACIONAL³

José Jaédson de Almeida Silva⁴

1. INTRODUÇÃO

Nosso objetivo de estudo parte do princípio de uma análise das práticas pedagógicas atuais, envolvendo o letramento no cotidiano escolar. Sabemos que a educação é um processo amplo e complexo que abrange diversos sujeitos e elementos em diferentes modalidades de aprendizagem, constituindo-se num processo contínuo de construção e superação dos desafios na busca pelo real aprender. É fundamental aos que atuam no meio pedagógico, conhecer a bagagem que cada sujeito cognitivo se constitui para compreender suas estruturas mentais e seu modo de reflexão, tentando evoluir de um quadro inferior e pouco

³ Artigo desenvolvido dentro da disciplina Sociologia da Educação, no Curso de Mestrado promovido pela Universidad de Desarrollo Sustentable (UDS), de Assunção — Paraguai.

⁴ José Jaédson de Almeida Silva, Mestre em Ciências da educação/ (UDS) – Paraguai. Pós-Graduado em Gestão Escolar (UCB/RJ) – (NCA)/AL, 2007. Graduado em Matemática (UNEAL/AL), 2006. Bacharel em Direito (CESMAC/AL), 2015. Graduado em Educação Física (UNOPAR/ PR). - *professorjaedson@gmail.com*

consistente para elaborações mais trabalhadas e desafiadoras na busca pelo conhecimento.

Esta construção implica numa inter-relação entre sujeitos, para que, num espaço de confiança, juntos possam recriar e/ou ampliar o conhecimento já existente.

Para que a aprendizagem seja promissora, se faz necessário que haja um vínculo fortalecido de confiança e de identificação na relação professor e aluno, visando o sucesso da busca pelo saber. O aluno deve mirar seu professor a um modelo ideal, do que pra ele significa o “ser professor”, sendo aquele que tem grandes conhecimentos e que possibilita que esse conhecimento possa fluir na relação entre eles.

Quanto ao professor, deve haver para com seu aluno um trato de respeito, despido de todas as suas certezas, sem ostentar sua posição de “dono da verdade”, nem de onipotência, mostrando-se sempre aberto às curiosidades e às descobertas do aluno, numa relação horizontal, construindo acima de tudo um processo de trocas de conhecimentos e de entusiasmo pelas conquistas alcançadas no desenvolvimento da aprendizagem. De acordo com Fernández, “não aprendemos de qualquer um, aprendemos daquele a quem outorgamos confiança e direito de ensinar”. (1991, p.52).

Na alfabetização, a ideologia de ler e escrever por saber apenas, por estar meramente alfabetizado, aponta para um índice quantitativo, diferente de quem realmente se beneficia deste conhecimento e o utiliza diariamente, tornando esse processo qualitativo e significativo. Alfabetizar, também é um processo político,

que promove a cidadania e a autonomia, quando praticadas com lucidez, pois oferece aos indivíduos do meio as condições necessárias e as possibilidades de construir sua bagagem de conhecimentos num contexto mais amplo, tendo reflexo direto na complexidade das interações múltiplas que os ambientes, as pessoas e os objetos implicam.

Nesse processo de aprendizagem, de descobertas e de relação entre professor e aluno, surge um ambiente propício para que se desenvolvam as técnicas do letramento, que se referem às práticas efetivas de leitura e escrita num plano social, pois uma pessoa letrada não é somente aquela que é capaz de decodificar a linguagem escrita, mas aquela que efetivamente faz uso desta tecnologia na vida social de uma maneira mais ampla. É este o sentido que a UNESCO buscava explicitar quando, no final da década de 70, desenvolvia o conceito de analfabetismo funcional (Ribeiro, 2003).

2. COMO CONCEITUAR A ALFABETIZAÇÃO?

Em linhas diretas, podemos definir a Alfabetização como um processo complexo ligado à construção do conhecimento. Atualmente, este conceito está sendo desdobrado, aliando-se a outras áreas do conhecimento, seja por meios técnicos e informatizados, seja por meios tradicionais, os quais a remetem a sua origem, que fundamentalmente era aplicada para designar a aquisição da leitura e da escrita formal.

O processo que envolve o ato de alfabetizar se constitui num conceito amplo, portanto, torna-se

fundamental compreender as várias concepções que o envolvem. Diversos teóricos que analisaram este processo perceberam serem indispensáveis as abordagens sobre a mediação cultural do desen-volvimento, pensamento e linguagem das teorias da evolução da escrita, tendo embasamento na Epistemologia Genética de Piaget, e de Paulo Freire sobre a educação cidadã e popular.

Inicialmente, o ato de alfabetizar era considerado como um processo de decodificação, ou seja, que através de mecanismos repetitivos o aluno iria decorar os códigos, ou letras para simultaneamente ler e escrever. Esta ideia foi colocada em crise a partir das diversas pesquisas e investigações que vem ocorrendo nas últimas décadas na área da linguagem e no entendimento de como construímos o conhecimento.

Atualmente, não há como se enxergar a alfabetização como algo desconexo do mundo, ela envolve um processo de construção de conheci-mentos, carregando a pretensão de reconhecer os indivíduos como sujeitos autônomos, críticos na sociedade para se tornarem sujeitos ativos, possuidores de competências, capazes de transformar a sociedade, para que seja mais justa e igualitária e vivenciada com características de cidadania.

Segundo Ferreira e Teberosky:

A posição que sustentamos reite-radamente é que o marco da teoria do desenvolvimento cognitivo de Piaget é apto para compreender os processos de apropriação de conhecimentos envol-vidos na aprendizagem da *lecto-escrita*. Dizemos, apropriação do conhe-cimento, e não

aprendizagem de uma técnica. Contudo o que essa apropriação significa aqui como em qualquer outro domínio da atividade cognitiva, é que se tem um processo ativo de reconstrução por parte do sujeito que não pode se apropriar verdadeiramente de um conhecimento senão quando compreendeu seu modo de produção, quer dizer, quando o reconstituiu internamente. (1985, p. 275).

O que se compreende é que cada sujeito deve reconstruir o processo de leitura e escrita percorrido pela humanidade de forma pessoal e original. Cada educando possui diferentes interações com o código escrito e, dependendo do seu uso social, a criança elabora hipóteses que juntamente com as experiências vivenciadas em seu dia a dia, enriquecem e constroem significativamente o processo de aprendizagem. É por isso que se enfatiza a importância de que as crianças entrem em contato com o uso social da leitura e da escrita, reconhecendo a função social da linguagem.

A partir das experiências vivenciadas por cada indivíduo, o significado de uma palavra pode carregar sentidos diferentes a partir de uma situação que ela vivencia, a experiência individual é mais complexa do que a generalização que se apresenta nos signos.

Neste processo de alfabetização, o alfabetizando precisa ser ladeado por situações de conflitos singulares que para uns poderá ser essencial, enquanto outros o consideram desnecessário, pois não há uma linearidade e uma uniformidade nas vivências e na identidade de cada sujeito.

A estas inquietações podemos agregar os estudos da Psicogênese da Língua Escrita de Emília Ferreiro (1985), que vieram estabelecer níveis progressivos para o desenvolvimento da escrita e que ajudam a melhor identificar a etapa vivenciada por cada sujeito em determinado espaço de tempo.

O professor que reconhece estes estudos bem como, se apropriou de forma reflexiva do seu processo de alfabetização vivido enquanto aluno, pode melhor acompanhar os estágios e as individualidades de seus alunos, pelo fato de ver em seus alunos a sua experiência replicando-se. Essa situação de atualização de experiências vividas é explicada pela Psicologia, que menciona o fato do sujeito comumente poder transferir para uma situação ativa o que viveu em situação passiva, de modo que boas experiências de aprendizagem revertem numa possível relação amistosa para o “aprender”, e também com o seu inverso.

O processo de alfabetização depende também das experiências prévias de cada alfabetizando, que acontecem antes mesmo da educação escolar, através das atividades não formais que as crianças vivenciam e, assim, podem criar estratégias para tentar identificar, interpretar o que está no texto codificado pelas letras.

De acordo com Freire e Macedo, “a alfabetização significa adquirir língua escrita através de um processo de construção do conhecimento, dentro de um contexto discursivo de interlocuções e interação, com uma visão crítica da realidade”. (1990, p. 17).

Ferreiro aborda que “aprender a ler e a escrever, em uma sociedade letrada, tem o significado de apropriação de poder, de um instrumento que permite participar na sociedade como um cidadão pleno, e não como um cidadão visto pela metade”. (1990, p. 69).

Neste pensamento, Ferreiro enfatiza o processo de autoria e de identidade que a alfabetização traz e se opõem ao preconceito que enxergam os analfa-betos, como sendo sujeitos constituídos como sem identidade, “sem plenitude”, tidos como submissos, incapazes, à mercê da sociedade, sem condições de participar desta conquista comunicativa.

Na concepção de Teberosky e Cardoso, “criar situações de aprendizagem significativas, partindo do nível conceitual real de cada criança, de seus conhecimentos, com o objetivo de que seja a própria criança quem elabore e desenvolva seu projeto, quem planifique e regule sua atividade”. (1993, p. 234).

Cada alfabetizando torna-se protagonista de sua construção, mas ao alfabetizador é dado o papel não de simples coadjuvante, porém de alguém que deve possuir competência para cumprir a tarefa de planejar, inventar situações e atividades a fim de que haja aprendizagem.

Dessa forma, o processo de alfabetização vai se concretizando e se formando pelas situações reais formadas e pelas tentativas que o aluno faz para acertar, cometendo falhas construtivas, melhorando cada vez mais sua forma de pensar, escrever e ler, com o auxílio da intervenção docente, num espaço social e colaborativo.

A conquista da alfabetização é, portanto, mediada por hipóteses que revelam o constante processo de reformulação de cada uma das descobertas discentes.

3. COMO CONCEITUAR O LETRAMENTO?

O termo letramento com o sentido atual surgiu em meados dos anos 80 com intuito de nomear práticas interativas e sócio discursivas de leitura e de escrita mais complexas que as práticas tradicionais e mecânicas de ler e escrever, advindas da aprendizagem do sistema escrito.

Para Soares (2003), letrar, assume um papel mais amplo que o de alfabetizar, ou seja, letrar é ensinar a ler e a escrever a partir de um contexto em que a escrita e a leitura tenham sentido e façam parte da vida do aluno em suas práticas sociais.

No Brasil, afirma Soares (2004, p. 4), a discussão sobre letramento surgiu enraizada no conceito de alfabetização, o que acarreta, via de regra, a uma inadequada fusão dos dois processos.

Embora sejam fenômenos diferentes, ou seja, uma coisa é aprender o código (alfabetização), outra coisa é possuir habilidade de usá-lo (letramento), eles não devem ser tratados de forma dicotômica.

Vejamos o que nos diz Soares (2004) sobre o tema:

Dissociar alfabetização e letramento é um equívoco porque, no quadro das atuais concepções psicológicas, linguísticas e psicolinguísticas de leitura e escrita, a entrada da criança (e também do adulto analfabeto) no mundo da escrita ocorre

simultaneamente por esses dois processos: pela aquisição do sistema convencional de escrita — a alfabetização — e pelo desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em atividades de leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvem a língua escrita — o letramento. Não são processos independentes, mas interdependentes, e indissociáveis: a alfabetização desenvolve-se por meio de práticas sociais de leitura e de escrita, isto é, através de atividades de letramento, e este, por sua vez, só se pode desenvolver por meio da aprendizagem das relações fonema-grafema, isto é, em dependência da alfabetização. (SOARES, 2004, p. 10)

O Letramento é a condição de quem assume conhecer e aprender o mundo letrado. Para Soares, “Letramento é, pois, o resultado da ação de ensinar ou aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita”. (2001, p.18).

No Brasil, o termo letramento foi usado pela primeira vez em 1986, por Mary Kato, dois anos depois passou a ser um referencial nos discursos educacionais, tendo em vista novas perspectivas nas práticas sociais da leitura e escrita.

Na busca da melhoria e da qualidade de ensino, visualiza-se diversos pontos de vista de diversos pesquisadores, com relação à alfabetização e letramento.

Durante décadas houve a procura de um método, que criasse um vínculo entre professor e aluno numa relação de segurança, simplicidade e aprendizagem de forma mais eficiente, prazerosa e duradoura, essa metodologia proposta

é fundamentada em uma contribuição para a inserção social das crianças e adolescentes como indivíduos participantes do processo pelo qual se compartilham decisões, que afetam a própria vida e da comunidade que habitam.

É fato que o nosso país possui um número significativo de indivíduos que não adquiriram o saber necessário para atender as exigências e adaptações de uma sociedade letrada, onde é importante aprender estratégias e habilidades para resolver problemas em diferentes contextos, utilizando os conhecimentos disponíveis para enfrentar situações novas e inesperadas na construção da aprendizagem dos alunos, como também no domínio do sistema de escrita alfabética.

De acordo com Marta Kohl de Oliveira:

A escola é, assim, um lugar social onde o contato com o sistema de escrita e com a ciência enquanto modalidade de construção de conhecimento se dá de forma sistemática e intensa, potencializando os efeitos desses outros aspectos culturais sobre os modos de pensamento. Além disso, na escola o conhecimento em si é objeto privilegiado da ação dos sujeitos envolvidos, dependentemente das ligações desse conhecimento com a vida imediata e com a experiência concreta dos sujeitos. (OLIVEIRA, apud KLEIMAN, 1995, p.156).

A concepção acima, nos remete a uma reflexão sobre a mediação realizada na escola, que precisa ser sistemática, relacionada com as vivências dos educandos nos contextos que estão inseridos.

Muitos são analfabetos funcionais, que conhecem simplesmente a decodificação da leitura e escrita, mas não a utiliza como função social. Da mesma maneira, podemos identificar que um sujeito letrado é aquele que usa socialmente as práticas letradas em seu convívio, conforme as demandas e necessidades que vivencia. É aquele que se apropria desse mecanismo e o utiliza em seu cotidiano, para orientar-se de maneira autônoma.

É essencial que o educador tenha comprometimento com o ser humano que pretende formar, pois é através de suas práxis que estará inculcada a sociedade almejada. É fundamental aliar a prática dos ideais de transformação das desigualdades, a fim de que todos conquistem e formalizem seus conceitos, não apenas como forma de acesso a informação, mas em nível de conhecimento de fato, como verdadeiros cidadãos, conhecedores de seus reais direitos e deveres perante a sociedade em que vive.

4. COMO RELACIONAR ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO?

A aprendizagem qualitativa exige do indivíduo que ele saiba ler e escrever exercendo as funções sociais, com um olhar crítico e um pensamento reflexivo. A alfabetização como um ato repetitivo consiste em concordar com a sociedade excludente, não permitindo a autonomia e a respectiva humanização imprescindível para que cada sujeito sinta-se um cidadão em toda sua plenitude.

Magda Soares aponta que:

Alfabetização e letramento são, pois, processos distintos, de natureza essencialmente diferente; entretanto, são interdependentes e mesmo indissociáveis. A alfabetização — a aquisição da tecnologia da escrita — não precede nem é pré-requisito para o letramento, isto é, para a participação em práticas sociais de escrita, tanto assim que analfabetos podem ter certo nível de letramento: não tendo adquirido a tecnologia da escrita, além disso, na concepção psicogenética de alfabetização que vigora atualmente, a tecnologia da escrita é aprendida não, como em concepções anteriores, com textos artificialmente para a aquisição das “técnicas” de leitura e de escrita, mas através de atividades de letramento, isto é, de leitura e produção de textos reais, de práticas sociais de leitura e de escrita. (SOARES, apud RIBEIRO, 2003, p.92).

Então, podemos afirmar que um sujeito alfabetizado, pode não ser um sujeito letrado, por ter sua alfabetização construída num processo sem significado e reflexão.

Atualmente, é preciso se compreender a alfabetização como um processo que se inicia muito antes do ingresso dos sujeitos na escola e não tem limite para terminar, pois no decorrer da vida continuamente estaremos nos alfabetizando. A alfabetização e o letramento são processos complementares, inter-relacionados, sendo que um facilita a aquisição e a importância do outro. Quanto mais entendemos a função social da linguagem, no uso da leitura e da escrita melhor será nosso nível de letramento.

De acordo com Ribeiro, “Letramento — procura compreender a leitura e a escrita como práticas sociais complexas, desvendando sua diversidade, suas dimensões políticas e implicações ideológicas”. (2003, p.12).

A sala de aula é um espaço de diversidade, cada sujeito traz seu repertório, sua bagagem cognitiva, e como alfabetizar é uma tarefa complexa com níveis diferenciados, nada melhor que oportunizar a interação e a riqueza das desigualdades, relacionando saberes entre professores e alunos.

CONCLUSÃO

No decorrer de nossa prática observamos que o letramento vai além de vários métodos para se alfabetizar, pois este, não se detém a meras técnicas de alfabetização, ele é o norteador que dar significado ao que se ler e se escreve. Por isso, em nossa sociedade atual alfabetizar letrando é essencial, em âmbito escolar, formando seres letrados em diversos ambientes e etapas da vida.

A aprendizagem não é feita de certezas, mas de inquietações, de crises e dúvidas que nos projetam às novas descobertas. Nesta constatação, observamos que na atuação do professor é necessário que seja incorporada como característica essencial, a atenção para cada sujeito.

Observando atentamente os processos de ensino-aprendizagem identificamos sua evolução ou algumas dificuldades presentes. Reconstruir a leitura e a escrita a partir do mundo vivenciado, gera um agradável vínculo através de práticas reais, contextualizadas e significativas, acreditando que todos tem possibilidades de aprimoramento e dependemos uns dos outros para a constituição de uma sociedade mais humana.

REFERÊNCIAS

- FERNÁNDEZ, Alicia. **A inteligência aprisionada: abordagem psicopedagógica da criança e sua família.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- FERREIRO, Emília. **Os Filhos do Analfabetismo: propostas para a alfabetização escolar na América Latina.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- _____. **Alfabetização em Processo.** São Paulo: Cortez, 1998.
- FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da Língua Escrita.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.
- FREIRE, Paulo; MACEDO, Ronaldo. **Alfabetização: leituras do mundo, leituras da palavra.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- KATO, Mary Aizawa. **A concepção da escrita pela criança.** Campinas, SP: Pontes, 1994.
- KATO, M. A. **No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística.** 5.ed. São Paulo: Ática, 1995.
- KLEIMAN, Ângela. **Leitura ensino e pesquisa.** Campinas, S P: Pontes, 1989.
- _____. **Oficina de Leitura.** Campinas SP: Pontes, 1993.

- _____. **Texto e leitor: Aspectos Cognitivos da Leitura.** Campinas, SP: Pontes, 1995.
- _____. (Org.). **Os Significados do Letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita.** Campinas, SP: Mercado das Letras, 1995.
- RIBEIRO, Vera Masagão. (Org.). **Letramento no Brasil: reflexões a partir do INAF (Indicador Nacional de Analfabetismo Funcional).** São Paulo: Global, 2003.
- SOARES, Magda. **Linguagem e escola: uma perspectiva social.** São Paulo: Ática, 1986.
- _____. **Letramento: Um tema em três gêneros.** Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- _____. **Alfabetização e Letramento.** 2 ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- SOARES, M. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas.** 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a01.pdf>
Acesso em 16 de novembro de 2009.
- TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da linguagem escrita.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.
- _____. (Org.). **Compreensão de leitura: a língua como procedimento.** Porto Alegre: Artmed, 2003.
- TEBEROSKY, Ana; CARDOSO, Beatriz. **Reflexões sobre o ensino da leitura e da escrita.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

CAPÍTULO III

AS CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN E SUA INCLUSÃO NA ESCOLA REGULAR: UM ESTUDO DE CASO

Jardiel Marcos Santos da Silva⁵

Madson Marcio de Farias Leite⁶

Antonia Izabel da Silva Meyer⁷

1. INTRODUÇÃO

A Síndrome de Down (SD) é denominada uma condição crônica, pois as pessoas que possuem esta síndrome apresentam, mas especificamente, a deficiência mental como sendo as únicas características presentes em todos os casos. Dessa maneira, existem vários desafios tanto para os familiares como para as próprias crianças, sendo uma delas a aceitação na sociedade, pois o preconceito e a inclusão social estão presentes em sua vida.

Por apresentarem um comprometimento no desenvolvimento físico e na fala, as pessoas com Síndrome de Down são mais lentas para realizar algumas atividades tanto em casa como também na escola. Sendo assim, as

⁵ Doutorando em Ciências da Educação pela Universidad Autónoma Del Asunción (UAA/PY). E-mail: jardiel02marcos@gmail.com

⁶ Doutorando em Ciências da Educação pela Universidad Autónoma Del Asunción (UAA/PY). E-mail: madsonmarcio@hotmail.com

⁷ Doutoranda em Ciências da Educação pela Universidad Autónoma Del Asunción (UAA/PY). E-mail: issismeyer@hotmail.com

crianças acometidas pela SD necessitam de um trabalho de estimulação precoce, na qual sejam inseridas no meio social.

Tratando-se do desenvolvimento físico, as pessoas com SD, são lentas para realizar alguns movimentos motores básicos como: correr, saltar, pegar, girar entre outros. Ao comparar com outras crianças da mesma idade, as pessoas que tem a SD não conseguem realizar tais atividades da mesma forma. Sobre o desenvolvimento da fala, ou linguagem, as crianças precisam estarem em um ambiente que haja interações tanto com adultos, e principalmente com outras crianças. Este contato têm um papel fundamental, para o desenvolvimento da criança com SD. Assim, esta interação é essencial também para incluir a criança na rede regular de ensino.

É nesta ótica de raciocínio que este trabalho se focará no estudo in loco em uma escola da rede pública estadual de ensino na cidade de Palmeira dos Índios/ Alagoas, com o objetivo de conhecer os desafios da professora que trabalha com alunos que apresentam SD. Mostrando a importância da inserção dessas crianças no âmbito escolar, como também a parceria dos pais com a escola e a importância do professor nesse processo de ensino e aprendizagem das crianças com SD. Partindo de um estudo de caso, fundamentou-se o referido estudo com base no objeto de estudo, tratando-se de um trabalho qualitativo a partir de seu desenvolvimento específico, dentro de um contexto argumentativo e inclusivo.

A presente pesquisa parte de um princípio de conhecer a concepção de uma professora efetiva que trabalha a mais de cinco anos com alunos que apresentam SD. Pudemos perceber no decorrer da pesquisa que são poucos

professores que trabalham com alunos com SD. Contudo, a escola atende outros alunos com outras necessidades especiais. Para coletar os dados utilizamos uma entrevista com os seguintes pontos: A) A criança com SD e a escola; B) A relação dos pais com a escola e C) A importância do professor nesse processo de ensino aprendizagem dos alunos com SD. As respostas para tais observações se encontram nas discussões dessa pesquisa.

Portanto, analisar as causas e consequências de forma investigativa também faz parte da prática docente, na qual deve conhecer o histórico familiar para melhor desenvolver o processo de aprendizagem, já que as pessoas com Síndrome de Down apresentam dificuldades cognitivas e motoras, neste sentido, é observável entender que pessoas com necessidades especiais, devem ser submetidas a uma aprendizagem diferenciada que faça com que os alunos se desenvolvam por igual às habilidades necessárias que irão ajudá-los na vida em sociedade.

2. EDUCAÇÃO E SÍNDROME DE DOWN

Quando falamos em educação inclusiva e a SD percebe-se que precisamos melhorar muito nesse quesito, principalmente, os profissionais da área de educação, no tratar das crianças acometidas com esta síndrome. A Constituição Federal de 1988, no seu artigo 5º, garante que todos nós brasileiros somos iguais por direito e no artigo 205, trata do direito que todos nós temos a educação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, na qual o seu preparo seja

para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho (BRASIL, 2004).

Dessa maneira, a Constituição no artigo 5º e 205 deixam claros que todos os cidadãos brasileiros são iguais em todos os sentidos, com finalidade ao pleno desenvolvimento da pessoa para o exercício da cidadania. No artigo 206 percebe-se que os princípios para o ensino é a igualdade de condições de acesso e permanência na escola de qualquer criança.

Em consonância com a Constituição, o Congresso Nacional brasileiro aprovou uma lei baseada no disposto da Convenção de Guatemala, que trata da abolição de formas de discriminação contra as pessoas com a SD, e contra qualquer impossibilidade e forma de tratar desigual aos deficientes. Este Decreto Legislativo nº 198, foi aprovado no dia 13 de junho de 2001 (BRASIL, 2004). Estes documentos permitem que a população brasileira passam a ter um novo olhar para a educação inclusiva, mas especificamente, a inclusão de crianças com SD no âmbito escolar.

Oliveira (2004) atenta ainda para outros documentos internacionais como a Declaração Mundial sobre Educação para Todos e a Declaração de Salamanca reforçam os movimentos em favor de uma educação inclusiva, afirmando uma situação de igualdade de direitos entre os cidadãos. Nota-se que alguns países no mundo inteiro estão juntos para garantir um atendimento educacional especializado para atender as crianças com deficiência.

Para esclarecer melhor a questão de atendimento educacional especializado, segundo Glat (2005) tem como objetivo principal formar um sujeito que deve ser integrado

na escola, aos grupos sociais, a comunidade e também acesso ao trabalho. Dessa maneira, as escolas deveriam oferecer atendimento educacional especializado para todas as crianças que necessitarem, assim, estes indivíduos serão inseridos na comunidade e fazer grandes coisas conforme a sua limitação fora da rede regular de ensino

A educação especial é uma modalidade de ensino, que visa promover o desenvolvimento global aos alunos com algum tipo de deficiência e que necessitam de atendimento especializado, respeitando as diferenças individuais de modo a lhes assegurar o pleno exercício dos direitos básicos de cidadão e efetiva integração social (PEREIRA, 2008).

Proporcionar as pessoas com está síndrome a promoção de suas capacidades e proporcionar pleno desenvolvimento de sua personalidade, a participação ativa na vida social e no mundo do trabalho, são objetivos principais da educação especial e assim como o desenvolvimento psicossocial, proporcionando aprendizagem que conduzam a criança com a síndrome a terem maior autonomia.

A prática pedagógica adaptada às diferenças individuais vem sendo promovidas dentro das escolas do ensino regular. No entanto, requerem metodologias, procedimentos pedagógicos, materiais e equipamentos adaptados para desenvolver um melhor trabalho. É importante ressaltar também, a participação da família dentro desse processo educacional.

O professor especializado deve valorizar as relações afetivas de seus alunos e ficar atento ao seu comportamento, caso necessário, solicitar recursos mais sofisticados como a

revisão médica ou psicológica para conhecer melhor o aluno. Outro fato de extrema importância na educação especial é o professor, pois ele deve considerar o aluno como uma pessoa inteligente, que têm vontades e precisa de afeto, estas devem ser respeitadas, pois o aluno não é apenas um ser que aprende.

A educação especial atualmente é prevista por lei e foi um direito adquirido ao longo da conquista dos direitos humanos. Para Pierre (2009), a garantia de acesso à educação e permanência da escola requerem uma prática diferenciada diante de uma política de respeito às diferenças individuais. Nesse sentido, os familiares também devem conhecer a lei para saber usá-la quando necessário.

A escola deve atender as normas e exigências quanto, ao atendimento, inclusão e especificidade no processo de ensino e aprendizagem, buscando novos subsídios e instrumentos que atendam às necessidades dos alunos que diante de suas dificuldades devem ser inseridos nas salas de aulas, consideradas regulares para alcançar objetivos, como inclusão e interação com demais crianças, dentro de uma prática inclusiva.

Portanto, a inclusão quando baseada nos pressupostos éticos, no respeito às diferenças e na formação cidadã, certamente os resultados são satisfatórios. Para tanto, a prática de interação da população que apresenta necessidades especiais devem ser cuidadosamente desenvolvida, pois, a escola regular necessita saber lidar com os desafios e as mudanças. Considerando que os desafios é uma constante, uma realidade que necessita ser enfrentada com otimismo, segurança e atitude, pois, assim entende-se que mudanças se

fazem com união e força a partir de um trabalho em grupo e vontade de transformar uma realidade, neste caso adequar-se à educação inclusiva não deixa de ser um grande desafio.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

O objetivo deste estudo foi apresentar uma contextualização no tocante à inclusão social, tendo como foco principal as crianças com Síndrome de Down no âmbito escolar, a fim de identificar o tema pesquisado e subsidiar o trabalho dos profissionais envolvidos para que prestem um cuidado de melhor qualidade a estas crianças e suas famílias.

Nesse sentido, para realização dessa pesquisa utilizamos um estudo de caso, pois trata-se de uma abordagem metodológica de investigação especialmente adequada para procurar compreender, explorar ou descrever acontecimentos, fatos e contextos complexos, que estão simultaneamente envolvidos em diversos fatores.

De acordo com Bogdan e Biklen (1994), esta abordagem metodológica se adapta à investigação em educação, quando o investigador é confrontado com situações complexas, de tal maneira que facilita a identificação das variáveis consideradas importantes, e também procura encontrar interações entre fatores relevantes próprios das entidades, quando o objetivo é descrever ou analisar o fenômeno do processo.

Para realização desta pesquisa foi necessário dividi-la em dois momentos. No primeiro foi feita uma revisão bibliográfica realizada a partir de estudos e leituras sobre a Síndrome de Down e a inclusão dessas crianças no âmbito

escolar. O segundo momento foi realizado a pesquisa de campo com uma professora, pois na sua turma do Ensino Fundamental II, encontra-se seis alunos que têm SD e estão devidamente matriculados e frequentando as aulas.

A escolha por esta professora e turma, se justifica por ela ser efetiva no quadro de professores e por já atuar a mais de cinco anos com alunos especiais. Já a escolha da turma se deu por nela ter seis alunos que têm SD, fez com que despertar-se o interesse de conhecer o trabalho e a relação da professora com estes alunos e seus familiares no processo de desenvolvimento de ensino aprendizagem. É bom salientar que a escola atende outras crianças com necessidades especiais.

Ao mesmo tempo, salientamos que, os dados coletados foram obtidos na Escola Estadual Graciliano Ramos, localizada no bairro São Cristóvão, na cidade de Palmeira dos Índios/Alagoas. Dessa maneira, por se tratar de uma pesquisa de campo os nomes dos sujeitos envolvidos não serão divulgados.

Ao mesmo tempo, enfatiza-se que a referida pesquisa não apresenta o intuito de apontar falhas ou erros, e sim, buscar conhecimentos e entender o desenvolvimento da prática docente aos sujeitos, respeitando o Código de Ética profissional, na qual não se trará nenhum tipo de ônus quanto aos dados colhidos, mantendo o sigilo profissional.

Foi utilizado como instrumento para coleta de dados uma entrevista estruturada. Na qual, colocamos para a professora uma pergunta aberta com três alternativas (letras A, B e C). Foi feita a seguinte pergunta: Quais os desafios encontrados para a inclusão de crianças com Síndrome de

Down na escola regular? Dessa maneira, a professora tinha que responder as alternativas das seguintes questões: A) A criança com Síndrome de Down e a escola; B) O relacionamento dos pais e a escola e na letra C) A importância do professor.

A mesma teve toda a liberdade para responder tais questionamentos, desta forma a entrevista foi impressa e entregue a professora. Sabendo que, a entrevista “consiste no desenvolvimento de precisão, focalização, fidedignidade e validade de um certo ato social como a conversação” (MARCONI & LAKATOS, 1999, p. 94).

Portanto, este referido estudo trata-se de uma pesquisa acadêmica com o objetivo de descrever a realidade, as suas dificuldades e o grau de satisfações em trabalhar com alunos que apresentam SD no âmbito da escola regular. Como também, servir de base para outros tipos de estudos que tratam sobre esta temática. Por fim o terceiro momento será discutindo a partir das análises dos dados coletados.

4. ANÁLISE DOS DADOS

Para facilitar o nosso entendimento mediante as análises dos dados iremos fazer um recorte da fala da professora sobre os questionamentos que a mesma respondeu. Dessa maneira, iremos novamente dividir em momentos para que possamos compreender como ocorre o processo educacional quando envolvemos as crianças com Síndrome de Down na escola regular. Assim, analisaremos a concepção da professora da seguinte maneira: A criança com

Síndrome de Down e a escola; O relacionamento dos pais e a escola e; A importância do professor.

5. A CRIANÇA COM SÍNDROME DOWN E A ESCOLA

A proporção de crianças com Síndrome de Down nas escolas de ensino regular tem aumentado nas últimas décadas, se comparada com as escolas especiais. Alguns especialistas apontam que esse tipo de patologia dificulta a inclusão nas escolas regulares, considerando a falta de adequação das escolas e dos profissionais, que, em sua grande maioria não são capacitados para este fim.

Desta forma, as dificuldades são inúmeras, entre elas: o diálogo, o entendimento e a dificuldade de aprendizagem dos alunos com SD é lento. Assim, essa população que diferentemente de outras épocas não pode ser excluído, como também não é destinada a escolas especiais (PROFESSORA, 2015).

Neste sentido, Mustacchi (2000), afirma que a falta de oportunidade para introduzir crianças com esta síndrome (SD) na escola regular ocorre dependendo da área geográfica em que a família reside, pelo fato de não dispor de escolas adequadas para esta população, ou ainda porque as escolas não são obrigadas a aceitar crianças com atraso no desenvolvimento cognitivo e motor, o que torna a inclusão seletiva.

Algumas redes de ensino não estão adequadas e nem dão oportunidade para as crianças com SD frequentarem a escola regular. Sobre este assunto de acordo com o recorte da fala da professora em seu entendimento nos diz que:

As escolas particulares em sua grande maioria não estão adequadas a lidar com crianças que apresentam problemas de SD, nas escolas públicas, já há, mesmo em pequena escala, o interesse em aceitar esses alunos e procurar definir um currículo flexível e de acordo as necessidades dos alunos de modo que não haja prejuízo para a turma. Desta forma, o processo de ensino e aprendizagem deve ser diferenciado (PROFESSORA, 2015).

Percebe-se que a professora conhece e sabe da importância da escola pública para as crianças com SD. Contudo, é notável em sua fala a dificuldade em organizar as suas aulas, pois precisa definir o currículo, ou seja, é flexível para cada necessidade especial apresentada por cada aluno, implicando um trabalho maior de planejamento. Contudo, na sala da professora têm seis alunos matriculados, sendo dois (2) sexo masculino e quatro (4) do sexo feminino. Um dos alunos é filho de uma família estruturada, que apresenta uma boa condição financeira.

Os pais são formados em áreas diferentes, atuam no mercado de trabalho efetivamente no serviço público. A criança de acordo com as informações colhidas no âmbito escolar possui mais dois irmãos, que não apresentam nenhum tipo de problemas ou patologias generalizadas.

Diante do exposto, o aluno está totalmente inserido no âmbito escolar, pois pudemos perceber que a professora conta com uma auxiliar altamente capacitada, na qual as professoras são formadas em Pedagogia e possuem Pós-Graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional, os

conhecimentos adquiridos na formação continuada são usados em sala de aula para melhorar a prática docente.

Portanto, a escola pública citada, está desempenhando o seu papel de formar cidadãos, ao inserir crianças e suas necessidades especiais diferenciadas no âmbito escolar, e ainda está buscando mudanças para a realidade atual, almejando seus objetivos conforme a demanda existente, principalmente, tratando de alunos com necessidades especiais. Em virtude disso, é possível que haja mais adesão de alunos com dificuldades de aprendizagem, e que de forma geral a escola e seu quadro de colaboradores certamente dará continuidade ao processo de inclusão social e educacional.

6. O RELACIONAMENTO DOS PAIS E A ESCOLA

A política local tem grande interferência no processo de inclusão, mas os pais também têm um papel de fundamental importância nesse processo, pois são eles que escolhem entre colocar a criança em uma escola regular ou em escola especial. Pierre (2009), considera que quando a criança está inserida na escola regular, mas não acompanha o ritmo da classe ou permanecem dois ou mais anos em um mesmo nível, os pais mostram-se frustrados e transferem suas crianças para a escola.

Neste caso, o papel dos pais é o bom relacionamento com a escola, são de fundamental importância para o sucesso da inclusão, pois eles têm experiências e habilidades para ensinar o próprio filho, pois, outro fator que deve ser considerado é o apoio oferecido aos genitores no decorrer do

processo de inclusão da criança na escola (PROFESSORA, 2015). Analisando pela ótica inclusiva se percebe que os pais sem dúvida têm seu papel importante no processo de aprendizagem da criança.

Ainda de acordo ao enunciado, é fundamental que os pais participem das atividades desenvolvidas pela escola, visando o conforto e o bem-estar social e inclusivo da criança. Neste sentido, é salutar verificar que os pais do aluno pesquisado, principalmente a mãe, não medem esforços em se fazer presente no espaço escolar e acompanhar o desenvolvimento do seu filho.

7. O PROFESSOR

A cooperação do professor é uma das condições fundamentais para o sucesso da inclusão da criança na escola regular. É ele quem vai detectar no dia a dia quais ajustes podem e devem ser feitos no ambiente, é quem vai colaborar na interação da criança com outros colegas, bem como criar situações satisfatórias para a criança desenvolver uma boa convivência social.

O professor deve oferecer ao aluno a possibilidade de acesso ao currículo normal, encorajar a sua independência, promover e incentivar o trabalho com outros colegas de classe. De acordo com a Professora titular da sala,

A maioria das crianças com SD têm melhor aproveitamento quando conta com a ajuda de seu professor e a colaboração de um professor auxiliar. A função deste último profissional é oferecer assistência à criança somente quando ela tiver necessidade, pois há riscos de desenvolver dependência. A

ajuda deve ser dada somente quando solicitada, para que a criança tenha a oportunidade de trabalhar com outras pessoas (PROFESORA, 2015).

Algumas escolas adotam mais de um professor assistente na sala de aula, que oferece várias vantagens, pois previne relação de dependência, facilita quando o assistente se ausenta do trabalho e, ainda, evita possível trauma na criança, caso o assistente necessite se desligar do trabalho.

Para Pierre (2009), a maior parte dos educadores considera que a inclusão educacional gera grandes benefícios para os incluídos, mas não admitem se a escola regular é a mais apropriada para a vida escolar das crianças com SD, pois com o passar do tempo, a diferença entre a capacidade social e educacional desses alunos, pode não ser alcançada de acordo as suas necessidades.

Entre os fatores existentes a favor da inclusão, estão os modelos eficazes de linguagem para a criança e a capacidade desta para progredir em todas as áreas do currículo. Estudos demonstram que quanto maior o preparo do professor maior sua confiança para lidar com a criança especial. Assim, pode-se considerar que os professores das escolas de ensino regular precisam receber treinamento para desenvolverem seu trabalho junto a crianças com a SD, visto que se mostraram inseguros devido a suas experiências anteriores.

Quando se refere a treinamento, sem dúvida estar se falando de formação continuada, pois é através da formação contínua que novas metodologias de ensino se vivência. Em se tratando de educação inclusiva a responsabilidade se torna

maior, considerando que não é fácil lidar com as diferenças, é preciso atender a demanda dentro de um ambiente saudável e participativo.

8. DISCUSSÃO E RESULTADOS

Diante das observações realizadas na escola mencionada, o número de alunos com Síndrome de Down é pequeno, no entanto, a escola possui outros alunos com outros tipos de necessidades especiais. A escola, estar se adequando ao novo modelo de como lidar com crianças que apresentam sintomas diferenciados e que são atendidos nas salas de ensino regular.

Devido à necessidade de desenvolver a educação especial, a escola estar em fase de adaptação, na qual os professores de modo geral estão participando de cursos especializados, inclusive de libras, para obter conhecimento e metodologia de como atuar neste segmento sem interferir no processo de ensino aprendizagem dos demais alunos.

Diante do que foi observado, é possível entender que a SD é um distúrbio que leva a criança ao lento desenvolvimento cognitivo, mas isso não quer dizer que essas crianças não possam aprender, para isso, é preciso dinâmica e dedicação. Neste sentido, observa-se que, diante dos dados obtidos ao longo da pesquisa na escola citada, foi possível observar a possibilidade de compreensão do processo e de comportamentos no tocante à educação inclusiva.

Os profissionais da área da educação são os que mais produziram sobre o tema, o que demonstra a necessidade de

se estabelecer maior articulação entre os saberes, especialmente com os profissionais da área da saúde, para que se crie a possibilidade de troca de experiências e de diferentes perspectivas de abordagem de um mesmo fenômeno.

No Brasil, as leis que favorecem a inclusão estão fundamentadas na Constituição Federal (BRASIL, 1988), a qual garante a todos o direito à igualdade e à educação; na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que torna obrigatório disponibilizar o Ensino Fundamental a todas as crianças, dos seis aos 14 anos de idade. Essas leis, apesar de obrigarem as escolas a aceitar todas as crianças sem distinção, inclusive as pessoas com a SD, dessa forma não dizem respeito à inclusão propriamente dita.

Sendo assim, cada local lida à sua maneira com o processo de inclusão, sem homogeneidade de procedimentos, fator que reflete na conduta das escolas e dos profissionais, que visualizam a inclusão também à sua maneira. Com relação ao aluno pesquisado e que apresenta SD, a equipe de profissionais da escola sente-se na necessidade de acatar o processo de inclusão, capacitando seus profissionais, na qual se mostra sensibilizada com os avanços, e sem dúvida com os desafios enfrentados nesta nova modalidade de ensino.

A mesma vem se adequando para receber não só alunos com SD e sim de outras dificuldades e patologias diversas. Segundo a Professora (2015), receber crianças com SD é um desafio para a comunidade escolar, tendo em vista quanto maior o interesse dos pesquisadores, maior será o interesse do professor em desenvolver sua prática docente

voltada para a inclusão e o respeito a esta população que necessita ser acolhida e incluída no ensino regular.

Em relação ao trabalho pedagógico, a escola e a família apresentam papéis complementares no processo de desenvolvimento da criança e, nesse sentido, o apoio e o envolvimento da família na escola podem propiciar à criança com SD os avanços necessários ao seu desenvolvimento. Além das práticas pedagógicas, a escola também pode propiciar à criança com SD a oportunidade de adquirir conhecimentos acerca dos cuidados de saúde, uma vez que a escola é um espaço de ensino aprendizagem, convivência e crescimento importante, no qual se adquirem valores fundamentais.

Para Oliveira (2004), a escola é o lugar ideal para se desenvolver programas de promoção e educação inclusiva de amplo alcance e repercussão, já que exerce uma grande influência sobre seus alunos nas etapas formativas que são mais importantes de suas vidas. Dentre os fatores citados a favor da inclusão, o modelo eficaz de linguagem a que a criança com SD foi exposta mostrou-se importante para o desenvolvimento de suas habilidades.

Sabendo-se que o desenvolvimento cognitivo da criança decorre da sua interação com o ambiente, se faz necessária uma estimulação bem estruturada para promover o desenvolvimento da criança com SD, minimizando suas dificuldades e evidenciando a possibilidade de plasticidade cerebral.

Nesse sentido, a aquisição de linguagem é resultado de um processo de interação do sujeito com o outro e com o meio social, tornando a inclusão fundamental, pois é nesse

contexto que as crianças com SD interagem com seus pares e com o professor, que tem como uma de suas funções criarem oportunidades para o desenvolvimento da linguagem.

As experiências relatadas nesta revisão oferecem um leque de possibilidades para o aprimoramento do processo de inclusão da criança com SD na rede regular de ensino, porém ao se planejar, implementar e avaliar o processo, deve-se levar em conta as especificidades de cada contexto e de cada ser envolvido. Dando ênfase as possibilidades, entende-se que as novas tendências de ensino, principalmente a população com necessidades especiais, isso é uma forma de atender a demanda de modo a participar e compreender que as diferenças necessitam ser incluídas em um processo educativo inclusivo, baseado no respeito e na formação cidadã.

CONCLUSÃO

A inclusão é uma prática cada vez mais frequente em vários países, apesar de ainda carecer de uma política específica para o desenvolvimento pleno desse processo. Nos cenários onde se efetiva, a inclusão tem-se revelado benéfica para as crianças com a Síndrome de Down, embora ainda haja muitos desafios a serem superados, dentre eles, a falta de preparo dos profissionais envolvidos, a participação da família e a criação de uma rede de apoio que inclua a interlocução de profissionais de diversas áreas do conhecimento, especialmente das áreas de educação e da saúde.

Neste sentido, a escola pesquisada também enfrenta desafios, levando em consideração que não há um processo abrangente, e, sim, apresentando condições dentro dos recursos disponíveis para as mudanças e transformações diante da vontade de incluir alunos com SD como também dentre outras patologias que necessitam de uma educação diferenciada. Observou-se também que os pais devem ser conscientizados em sua responsabilidade e necessidade de estar informados sobre o papel da escola e como estão sendo desenvolvidos os processos educativo.

É válido afirmar que diante dos dados observados durante a pesquisa, também se faz importante afirmar que, a educação inclusiva pode ser fortalecida e efetivada quando há interesse político em mudar sua realidade, neste caso, a escola apresenta um processo de novas adequações para atender a demanda, principalmente nos casos citados. Para

tanto, os professores e toda equipe envolvida nessas mudanças, estão reagindo muito bem, dialogando, promovendo reuniões periódicas para melhor atender seus alunos com e sem a apresentação de dificuldades causadas por distúrbios diversos.

Enfim, releva-se a importância do tema abordado, os significados construtivos quanto à pesquisa, afirmando a experiência e conhecimento adquiridos ao longo do processo de observação, na qual, salienta-se que não é um estudo finalizado e sim o referido estudo de caso se propõe a oportunizar a novos pesquisadores, novos enfoques e abordagens de modo que venha contribuir com o debate crítico e social no tocante ao exposto.

Fazendo jus o desenvolvimento deste estudo de pesquisa, adianta-se que conhecer a realidade observada é um caminho para novas experiências enquanto educador, pois, os conhecimentos adquiridos abrem um leque para uma nova realidade e novas formas de lidar com as diferenças dentro de uma proposta inclusiva. A educação inclusiva entende-se como uma necessidade dialógica para sua implantação e efetivação para que os alunos com SD estejam frequentando a escola regular.

REFERÊNCIAS

- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**. Coleção Ciências da Educação, Porto: Porto Editora, 1994.
- BRASIL, Educação especial. 2004. Disponível em: <*portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=id*> Acesso em: 03 de outubro de 2015.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- GLAT, R. A. **A integração social dos portadores de deficiência: uma reflexão necessária**. Rio de Janeiro: Agir, 2005.
- MARCONI, Mariana de A. & LAKATOS, Eva M. **Técnicas de pesquisa**. 4. ed. São Paulo. Atlas, 1999.
- MUSTACCHI, Z. **Síndrome de Down**. São Paulo: Loyola, 2000.
- OLIVEIRA, I. A. **Saberes, imaginários e representações na educação especial**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.
- OLIVEIRA, Maria Marly de: **Como fazer pesquisa qualitativa**. 2. ed. Petrópolis, R de Janeiro: Vozes, 2008.
- PEREIRA, Olívia. **Educação especial: atuais desafios**. São Paulo: Ática, 2008.

PIERRE, Vayer. A integração de crianças deficientes na classe. São Paulo: Monole, 2009.

CAPÍTULO IV

A IMPORTÂNCIA DAS NOVAS TECNOLOGIAS NA ESCOLA E A NECESSIDADE DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA O USO DAS TIC's EM SALA DE AULA⁸

Joisy da Silva Soares⁹

1. INTRODUÇÃO

Promover uma educação de qualidade em nossas escolas vem sendo um desafio imenso para os professores de todas as partes do país, mas em especial, àqueles de escolas públicas do interior. A cada dia nossos alunos, quer sejam crianças, adolescentes ou jovens, têm se distanciando cada vez mais dos estudos. É como se tudo o que lhes fosse ofertado não tivesse nenhum valor. Preocupam-se muito mais em participar de suas redes sociais e de jogos virtuais e interativos do que de qualquer outra atividade. Torna-se cada vez mais difícil chamar a atenção desses alunos para estudar. Mas será que realmente são os alunos que não se interessam pelos estudos ou é a maneira como eles são transmitidos que já não lhes chama mais a atenção?

Essa pesquisa bibliográfica indicará a importância do uso das novas tecnologias para a formação de cidadãos

Trabalho apresentado à Atenas College University, Pedagoga (UNEAL, 2005). Especialista em Metodologia do Ensino de Linguagens (EDUCON, 2012). *joisysilvasoares@gmail.com*

críticos e capazes de interagir no mundo globalizado, que necessita de profissionais capacitados, emocionalmente equilibrados e comprometidos com o futuro da sociedade. Buscamos identificar referências de estudiosos que compreendem que a educação necessita apropriar-se cada vez mais dos meios tecnológicos para se manter atual e atrativa para os nossos alunos.

É conveniente dizer que

para incorporar as TIC's na escola, é preciso ousar, vencer desafios, articular saberes, tecer continuamente a rede, criando e desatando novos nós conceituais que se inter-relacionam com a integração de diferentes tecnologias, com a linguagem hipermídia, as teorias educacionais, a aprendizagem do aluno, a prática do educador e a construção da mudança em sua prática, na escola e na sociedade (ALMEIDA, 2006, p. 73).

A Internet torna-se cada dia mais indispensável à vida moderna e a escola não pode ignorar esse fato, deve estar incluindo o uso de sites e softwares educativos na metodologia aplicada em sala de aula. Os alunos não podem ser excluídos da cibercultura. A informação faz parte da educação em todos os âmbitos e não existe formação sem informatização. Assim, torna-se impossível haver qualidade de ensino enquanto estiver existindo esse distanciamento entre escola e o uso das TICs, inclusive da Internet.

Concordamos com Marco SILVA (2005) quando diz que “se a escola não inclui a Internet na educação das novas gerações, ela está na contramão da história, alheia ao espírito

do tempo e, criminosamente, produzindo exclusão social ou exclusão da cibercultura.” O mesmo afirma ainda que o professor precisa lançar mão da nova mídia para potencializar a aprendizagem dos conteúdos curriculares ofertados na escola, e fazendo isso, estará contribuindo pedagogicamente para a inclusão desse aprendiz na cibercultura (SILVA FILHO, 2002).

Outro ponto a ser discutido é a formação profissional dos professores, já que a maioria das escolas ainda não dispõe do uso das TIC's no desenvolvimento de suas aulas ou por não ter recursos ou por não possuir profissional capacitado para desenvolver seu trabalho de uma maneira mais atual. Os professores encontram-se despreparados para darem suas aulas de uma maneira mais interativa. Alguns se negam a pedir ajuda e a se informatizar. Isso tem refletido na qualidade do ensino de nosso país e no resultado das avaliações nacionais. Silva Filho (2005) afirma que

se a escola não inclui a Internet na educação das novas gerações, ela está na contramão da história, alheia ao espírito do tempo e, criminosamente, produzindo exclusão social ou exclusão da cibercultura. Quando o professor convida o aprendiz a um site, ele não apenas lança mão da nova mídia para potencializar a aprendizagem de um conteúdo curricular, mas contribui pedagogicamente para a inclusão desse aprendiz na cibercultura (SILVA FILHO, 2005, p.63).

Espera-se que com o produto dessa pesquisa pais e professores tenham uma ferramenta a mais de reflexão a cerca da temática abordada, partindo do pressuposto de que

a participação da família na escola, bem como a relação professor/aluno, é um ponto importante a ser considerado na garantia do sucesso do ensino/aprendizagem.

2. O USO DE NOVAS TECNOLOGIAS EM SALA DE AULA

Vivemos uma era que não nos permite ficar de fora dos avanços tecnológicos. A informatização é algo imprescindível à vida moderna. Não há como ignorar esse fator. É nesse contexto que a escola precisa manter-se atualizada para garantir uma formação de qualidade aos seus alunos, provocando um ambiente de aprendizagem mais coerente com a atualidade. “O Profissional, para ser competente, precisa ser um investigador intermitente, um cidadão crítico, autônomo e criativo que saiba solucionar problemas, utilizar a tecnologia com propriedade e ter iniciativa própria para questionar e transformar a sociedade” (BEHRENS *apud* ALMEIDA; MORAN, 2005). E é a escola que deve fornecer os subsídios necessários para que se forme esse tipo de profissional. Não é coerente ter um avanço tecnológico na sociedade e não tê-lo na escola.

O uso de novas tecnologias em sala de aula amplia o modo de interação entre professores e alunos. Hoje não podemos negar a importância de nos mantermos atualizados frente às exigências do nosso cotidiano. Trata-se de não permitirmos que as metodologias de ensino venham a tornar-se ultrapassadas. A constituição dos sujeitos depende, em grande parte, de qual tipo de educação lhes é ofertada. O uso das máquinas passam a ser uma necessidade para esse fim. Para Johnson,

[...] a máquina deixa de ser prótese e extensão do homem para inserir-se em seu mundo, com uma ambientação que determina sua existência, configurando novos domínios da experiência contemporânea de estar-no-mundo, traduzindo os zeros e os uns da linguagem digital nas imagens mais conhecidas, analógicas, da vida cotidiana. Essas metaformas, esses mapeamentos de *bits* virão para ocupar praticamente todas as facetas da sociedade contemporânea: trabalho, divertimento, amor, família, arte elevada, cultura popular, política (JOHNSON *apud* ALVES; MANCEBO, 2006, p.50/51).

Observa-se que o uso das TIC's deve ser introduzido o quanto antes nas salas de aula. A escola que deseja obter êxito na qualidade de seu ensino precisa se enquadrar na modernidade que já é uma realidade atual. Nunca se falou tanto no uso de novas tecnologias em sala de aula quanto agora. Isso porque se trata da necessidade de se qualificar a educação e garantir no futuro, profissionais formados com êxito, de acordo com sua área de atuação, devidamente inseridos no mundo globalizado.

O movimento produzido pelo pensar em redes de conhecimento propicia ultrapassar as paredes da sala de aula e os muros da escola, rompendo com as amarras do estoque de informações contidas nas grades de programação de conteúdo. Dessa forma, parcela significativa desse contingente de analfabetos (de fato, ou funcionais) poderá desenvolver a capacidade de utilizar a TIC

na criação de suas redes de conhecimento, superando um grande obstáculo para a construção de uma sociedade mais justa, ética e humanitária (ALMEIDA, 2006, p. 71).

O uso de softwares educativos é tão importante quanto outras metodologias utilizadas pelos professores em suas aulas. No entanto, poderá apresentar um melhor resultado, posto que se trate de uma tecnologia que agrada aos alunos e que foge à tradicional rotina de livro didático, quadro e giz. A aula fica mais atrativa, aproveita-se melhor o tempo decorrido, podendo ampliar o conhecimento dos alunos.

As redes de ensino precisam se adaptar aos novos recursos que surgem para dessa forma empregar a tecnologia a seu favor. Nossos alunos estão cada vez mais inquietos e almejando coisas novas. Eles fazem parte de uma era imediatista, onde tudo acontece no tempo imediato. Se a escola não partir desse pressuposto para educar, logo tornar-se-á ultrapassada, levando em consideração que

Um parceiro importante à inclusão digital é a educação. A inclusão digital deve ser parte do processo de ensino de forma a promover a educação continuada. Note que educação é um processo e a inclusão digital é elemento essencial deste processo. Embora a ação governamental seja de suma importância, ela deve ter a participação de toda a sociedade face a necessidade premente que se tem de acesso a educação e redistribuição de renda permitindo assim acesso as TIC's (SILVA FILHO, *apud* ALMEIDA; MORAN, 2005).

Ainda segundo Silva Filho (2003), “a exclusão sócio-econômica desencadeia a exclusão digital ao mesmo tempo que a exclusão digital aprofunda a exclusão sócio-econômica.” Para que haja a inclusão digital é necessário que existam três componentes essenciais: acesso à educação, renda e TIC’s. Sem esse tripé, formaremos uma era de excluídos digitais. Precisamos incluir o uso de novas tecnologias no cotidiano da escola.

2.1 A subjetividade evidenciada com o uso das TIC’S

A escola é o lugar onde se forma cidadãos, profissionais, que constituirão a sociedade do futuro. Torna-se, portanto, o ambiente que precisa necessariamente estar ligado ao que de mais moderno possa existir, de modo que nunca se torne ultrapassada ou que venha a ser submetida ao conhecimento maior partido de seus educandos. Como ambiente de formação de agentes sociais, a escola não pode ficar de fora de toda a transformação que está ocorrendo na sociedade.

Para tanto, faz-se necessário ampliar suas ações e formas de potencializar mediações, utilizando diversas lingua-gens, ao tempo em que dinamiza o ensino e passa-se também a desenvolver pesquisas, favorecendo um ensino mais informado, com vistas a contribuir com maior eficiência e eficácia nas meta-morfoses necessárias à educação demandada pela contemporaneidade, nesta era do conhecimento, das redes e das imagens. (MAGALHÃES; PAIVA)

É notável o avanço tecnológico que vem agregando toda a sociedade. Todas as classes sociais foram acometidas por esse fator que cresce demasiadamente e nota-se que as escolas, principalmente as públicas, não têm acompanhado esse crescimento e com isso, põe em risco a qualidade da educação que é ofertada. Não se pode ignorar que os alunos estão fatigados do tipo de metodologia que lhes são ofertadas, pois sentem ânsia de algo que seja mais atrativo, que se encaixe melhor nos seus anseios.

Criar ambientes de aprendizagem com a presença da TIC significa utilizá-la para a representação, a articulação entre pensamentos, a realização de ações, o desenvolvimento de reflexões que questionam constantemente as ações e as submetem a uma avaliação contínua. (ALMEIDA, 2006, p. 71)

A construção da subjetividade a partir do uso das TIC's pode ser evidenciada à medida que o aluno passa a interatuar com o objeto de estudo, deixa de ser mero espectador e começa a construir seus conceitos. Passa a interagir nos textos, nas atividades propostas quando estas são apresentadas em sites ou redes sociais e até mesmo com o uso de softwares educativos pelo professor em sala de aula. Permite-se a conexão de vários saberes: são várias pessoas que interagem simultaneamente através do uso da internet, mantendo ligação em qualquer lugar do mundo. “Os programas modernos permitem o conhecimento por simulação, levando ao aumento dos poderes da realidade e da intuição. Não importa a verdade, mas as possibilidades

oferecidas para se obter conhecimento e se desenvolver a inteligência.” (ALVES; MANCEBO, 2006). Como afirma ALMEIDA,

com o uso da TIC e da Internet, pode-se navegar livremente pelos hipertextos de forma não sequencial, sem uma trajetória predefinida, estabelecer múltiplas conexões, tornar-se mais participativo, comunicativo e criativo, libertar-se da distribuição homogênea de informações e assumir a comunicação multidirecional com vista a tecer a própria rede de conhecimentos (2005, p. 71).

O professor precisa estar preparado para enfrentar o crescimento das tecnologias e dessa forma utilizar o interesse dos alunos por ela a seu favor. Isso pode acontecer através da inserção dele em grupos sociais da Internet que já são frequentados pelos alunos, para daí lançar desafios on-line. Marco Silva (2005) defende o uso das TIC's pelos professores como uma forma de manter uma aproximação entre o corpo docente e o discente da escola. Segundo ele,

o professor que associa a TIC aos métodos ativos de aprendizagem desenvolve a habilidade técnica relacionada ao domínio da tecnologia e, sobretudo, articula esse domínio com a prática pedagógica e com as teorias educacionais que o auxiliem a refletir sobre a própria prática e a transformá-la, visando explorar as potencialidades pedagógicas da TIC em relação à aprendizagem e à consequente constituição de redes de conhecimentos (SILVA *apud* ALMEIDA; MORAN, 2005).

2.2 A importância de formação continuada em novas tecnologias para o corpo docente da escola

Torna-se imprescindível que haja formação específica para os professores, dentro de sua área de conhecimento, para que estes possam se apoderar de recursos tecnológicos que lhes auxiliem na execução de suas aulas. Não há como a escola evoluir no uso desse tipo de metodologia se não tiver seu corpo docente devidamente preparado para atender às necessidades que ela exige.

Sendo assim, para implantação da cultura tecnológica, a parceria educando/educador precisa ser conso-lidada e considerada a possibilidade de sua horizontalidade. E, a sala de aula se constituir em uma rede de trocas e apoio a transformação de concepção de educação com vistas a ter as TIC's na cultura educacional. (BEHRENS, *apud* ALMEIDA; MORAN, 2005)

É papel do professor manter-se atualizado e buscar meios de garantir que seu conhecimento esteja de acordo com os avanços da educação, participando de formações na sua área. “Precisa tornar-se um investigador crítico e reflexivo para ser criativo, articulador e, principalmente, parceiro dos seus alunos no processo de aprendizagem.” Sabemos que não é tarefa fácil, mas quando o professor busca ampliar a criticidade nos alunos, consegue também ele tornar-se mais preparado para o mundo da tecnologia. O professor que se dedica às inovações tecnológicas também

desenvolve seus alunos e os instiga a aumentar seus conhecimentos. De acordo com Behrens,

nessa nova visão, o docente precisa mudar o foco do ensinar e passar a preocupar-se com o aprender e, em especial, o “aprender a aprender”, abrindo caminhos coletivos de busca que subsidiem a produção do conhecimento do seu aluno. Por sua vez, o aluno precisa ultrapassar o papel passivo de repetidor fiel dos ensinamentos do professor e tornar-se criativo, crítico, pesquisador e atuante para produzir conhecimento e transformar a realidade (BEHRENS, *apud* ALMEIDA; MORAN, 2005).

Em sua abordagem sobre a introdução do uso das TIC's na educação, Valente (1993) afirma que há uma exigência de uma formação bastante ampla e profunda dos educadores, segundo a proposta de mudança pedagógica, como consta no programa brasileiro. Para ele, “não se trata de criar condições para o professor simplesmente dominar o computador, ou software, mas, sim, auxiliá-lo a desenvolver conhecimento sobre o próprio conteúdo e sobre como o computador pode ser integrado no desenvolvimento desse conteúdo” (VALENTE, 1993, p. 22). Afirma ainda, a necessidade da formação do professor e as exigências no processo de introdução da informática na educação, que fundamentem os cursos dos quais os professores necessitam.

A sociedade de hoje é diferente da sociedade de outrora e não podemos ignorar esse fator. A formação que era ofertada aos futuros professores não incluía o uso de recursos tecnológicos, mas hoje a mídia interfere diretamente na construção do conhecimento e nossos alunos

estão atentos a tudo que surge de novo no mercado tecnológico. Cabe aos nossos professores não serem ou formarem alunos tecnófobos. A tecnologia é algo que deve ser usado a nosso favor, não o contrário.

Este despreparo dos docentes se materializa, também, muito por conta da concepção de educação que os formou. E, o enfrentamento deste problema urge, haja vista que esta demanda há tempo se encontra reprimida, sendo a tempo desejada, explicitamente solici-tada e ainda não consolidada mesmo em espaços de ensino superior. (MAGALHÃES; PAIVA, p. 16)

O tempo gasto nas aulas poderá ser otimizado se for integrado ao uso das TIC's. Isso favorece o pensamento crítico do aluno, a autonomia, a criatividade e proporciona a interdisciplinaridade. O professor é capaz de simular experiências que na realidade são lentas ou rápidas demais, ou que necessitam a manipulação de materiais perigosos. Além disso, ajuda a identificar as dificuldades dos alunos e permitem ensinar através de jogos didáticos.

Hoje quem é considerado um bom professor é aquele que ensina e aprende ao mesmo tempo, o que escuta as experiências dos alunos e trabalha de maneira a dinamizar sua aula com a participação de todos. O professor de hoje precisa ser polivalente, indo além da tarefa de mero transmissor de conhecimentos. Torna-se cada vez mais comum ouvirmos discussões acerca da indisciplina, temática essa que não surgiu agora. Vasconcellos (2013, p. 6) afirma que,

agora fazem falta muitas outras habilidades, sem as quais é difícil conseguir que os alunos progridam na aquisição do saber: o diálogo com os alunos, a capacidade de estimular o interesse por aprender, a incorporação das tecnologias da informação, a orientação pessoal, o cuidado do desenvolvimento afetivo e moral, a atenção à diversidade do alunado, a gestão da aula e o trabalho em equipe (VASCONCELLLOS 2013).

O aluno necessita sentir-se parte do contexto traduzido nas aulas e o professor pode fazer essa inserção à medida que for cobrando sua participação nos debates, “A sala de aula não é um exército de pessoas caladas nem um teatro onde o professor é o único ator e os alunos, espectadores passivos. Todos são atores da educação. A educação deve ser participativa.” (CURY, 2008, p. 90) Faz-se necessário valorizar o aluno enquanto cidadão, pessoa, indivíduo e sujeito. Ele é alguém merecedor de todo o nosso respeito.

CONCLUSÃO

O estudo realizado sobre o uso das TIC's na escola nos levou a compreender o quanto ela é essencial e o quanto é necessário um maior aprofundamento sobre o tema pelos envolvidos no processo de ensino aprendizagem. É dever de toda comunidade estar preparada para trabalhar com essa metodologia que é essencial aos desígnios da nova sociedade. Procuramos apresentar a importância do uso das novas metodologias como instrumento norteador para àqueles profissionais que desejam obter um bom resultado em seu trabalho enquanto educador.

Foi possível enfatizar a necessidade de formação continuada para os profissionais da educação, em especial, os professores, para que não tornem-se ultrapassados e com isso, animar os ilustres leitores a buscarem essa formação, posto que se trate de algo que ampliará seu conhecimento e trará melhores resultados em sua prática pedagógica.

Percebemos a importância da escola estar adequada para que se possa formar cidadãos críticos, participativos e inseridos no universo das novas tecnologias, levando em consideração que os mesmos já participam de comunidades virtuais e não as relacionam ao seu convívio escolar. A Internet é um campo muito amplo de conhecimento que pode auxiliar nossa conexão com o mundo globalizado.

De acordo com o objeto de estudo, é possível compreender a subjetividade que se forma a partir do uso das novas tecnologias de informatização que levam os alunos a criarem seus próprios conceitos e vivenciarem um mundo

diferente do que presenciam na escola onde, na maioria das vezes, ainda se sentem aprisionados por não terem contato com o uso das TIC's. A partir desse pressuposto, reafirmamos que torna-se mais fácil para o professor obter um bom resultado em suas aulas se buscar aprimorar sua dinâmica de apresentação dos conteúdos com o uso das novas metodologias.

As novas tecnologias estão presentes em todos os âmbitos da escola, inclusive no fortalecimento do aspecto cognitivo. Precisamos introduzir os softwares educativos como metodologia, pois dessa forma estaremos otimizando o tempo gasto em sala de aula e garantiremos a participação ativa dos alunos na exposição dos conteúdos desenvolvidos.

Com a abordagem dos temas propostos neste trabalho, esperamos ter percorrido com o mesmo de forma clara e concisa, de modo a contribuir na formação do estudante de educação. Uma vez que a prática docente e o aprendizado que buscamos alcançar para nossos alunos deve ter em vista a necessidade de se formar cidadãos críticos capazes de interagir na sociedade atual, que convive com os avanços tecnológicos, hoje indispensáveis ao nosso desenvolvimento intelectual.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de; MORAN, José Manuel (org.). **Integração das Tecnologias na Educação – Salto para o Futuro**. Disponível em: http://tvescola.mec.gov.br/images/stories/publicacoes/salto_para_o_futuro/livro_salto_tecnologias.pdf - Acesso em outubro de 2013.
- CURY, Augusto. **Pais brilhantes, professores fascinantes**. Rio de Janeiro: Sextante; 2008.
- MAGALHÃES, Ricardo André; PAIVA, M.Sc. Valnice Sousa. **Limites, possibilidades e potencialidades das redes de apoio a implantação da cultura das TIC em cursos de formação de professores**. Disponível em: <http://ticeduca.ie.ul.pt/atas/pdf/319.pdf>- Acesso em outubro de 2013.
- MARCHESI A. EL valor de educar a todos em um mundo diverso y desigual, Los sentidos de La educación. Revista Prelac. Santiago, Chile, OREALC, UNESCO, nº2, 2006. Disponível em: www.unesco.cl/revistaprelac - Acesso em setembro de 2013.
- SILVA FILHO, Antônio Mendes da. **Os três pilares da Educação Digital**. Revista Espaço Acadêmico. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/024/24amsf.htm>. Acesso em novembro de 2013.

- VALENTE, José Armando. **Diferentes usos do computador na educação.** Disponível em: <http://ffalm.br/gied/site/artigos/diferentesusoscomputador.pdf>. Acesso em novembro de 2013.
- VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Disciplina e indisciplina na escola. Entrevista – **Presença Pedagógica: Dimensão** – nº 112, jul./ago. - 2013.
- TRINDADE, José Odair da; HARTWIG, Dácio Rodney. **TIC e Educação.** Disponível em: http://qnesc.sbq.org.br/online/qnesc34_2/06-PE-70-11.pdf. Acesso em novembro de 2013.

CAPÍTULO V

UMA PÁGINA WEB PARA UM CURSO DE ESPANHOL COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA. UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Délia Hilda Ortiz¹⁰

1. INTRODUÇÃO

As mudanças que dia a dia estão ocorrendo na sociedade atual, devido ao grande impulso tecnológico, tem causado grande impacto e transformações muito relevantes na educação, exigindo desse modo novas abordagens e novas metodologias ligadas ao componente tecnológico como também novas formas de ensino aprendizagem estão sendo implantadas a fim de oferecer o acesso de alunos e professores as novas tecnologias.

A web oferece um sem-fim de páginas de diversa natureza que favorecem o estudo de uma língua estrangeira. Web é a palavra utilizada para se referir a internet de forma rápida dando um sentido de "teia" assim como os fios de uma teia de aranha são ligados, na internet os computadores estão ligados também (AOLI, 2011).

A língua Espanhola é, sem dúvida imprescindível nos dias atuais. Por um lado, existe uma grande necessidade de

¹⁰ delia.hilda.ortiz@gmail.com

estudar a Língua Espanhola tanto para o mercado de trabalho quanto para o universo acadêmico-científico como pesquisador no século XXI.

Nessa conjuntura, apresenta-se este trabalho com o fim de compartilhar a experiência da elaboração de uma página web para um curso de Espanhol como Língua Estrangeira (E/LE) através de um ambiente virtual de aprendizagem (AVA) destinado a aprendizes iniciantes na modalidade da educação a distância (EAD) do estado de Alagoas, Brasil.

Enquanto pesquisadora, estudar esta temática não é fruto do acaso, tendo em vista que trabalhei no Ensino Superior e Núcleos de Idiomas com a disciplina de E/LE durante 23 anos e que a partir de 2010, busquei implementar metodologias inovadoras com o uso de internet (blog, Facebook, WhatsApp) na universidade privada e Núcleo de idiomas nos quais atuei. Hoje, atuando como professora conteudista em EAD desde 2012 apresento esta experiência, analisando as implicações desta cultura digital na aprendizagem de uma língua estrangeira.

O curso intitulado “Mundo Hispânico sem Fronteiras” (MHFS) faz parte do Programa de Extensão proposto pela Coordenadoria Institucional de Educação a Distância (CIED) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e foi ofertado desde o ano 2012 a 2017. O ano de 2017 foi ofertado como um curso de Capacitação proposto pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho (PROGEP); Coordenadoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos (CDRH) Gerência de Capacitação (GC) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), destinado aos professores e funcionários da universidade, etapa que será

analisada neste trabalho, dando ênfase ao material didático e a elaboração e uso de vídeos como ferramenta motivadora.

Tecnologia digital da informação e comunicação (TDIC).

Lévy declara:

Novas maneiras de pensar e de conviver estão sendo elaboradas no mundo das telecomunicações e da informática. As relações entre os homens, o trabalho, a própria inteligência depende, na verdade, da metamorfose incessante de dispositivos informacionais de todos os tipos. Escrita, leitura, visão, audição, criação, aprendizagem são capturados por uma informática cada vez mais avançada. Não se pode mais conceber a pesquisa científica sem uma aparelhagem complexa que redistribui as antigas divisões entre experiência e teoria. Emerge, neste final do século XX, um conhecimento por simulação que os epistemologistas ainda não inventaram. (LEVY, 1999).

Embora seja evidente que a utilização de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) e de recursos tecnológicos na educação ainda é um grande desafio para nós professores. Os AVA no campo do ciberespaço trazem novas possibilidades de reflexão sobre as práticas educativas já consolidadas.

Para Schlemmer (2005, p. 34): Ambientes Virtuais de Aprendizagem, Ambientes de Aprendizagem On-line, Sistemas Gerenciadores de Educação a Distância e Software de Aprendizagem Colaborativa são denominações utilizadas para softwares desenvolvidos para o gerenciamento da

aprendizagem via web. Eles são sistemas que sintetizam a funcionalidade de software para Comunicação Mediada por Computador (CMC).

Castells afirma que, quem não se conecta com a Internet está sujeito a uma marginalização crescente do sistema de rede global. A Internet, como ele mostra “não é apenas uma tecnologia: é o instrumento tecnológico e a forma organizativa que distribui o poder da informação, a geração de conhecimentos e a capacidade de ligar-se em rede em qualquer âmbito da atividade humana” (CASTELLS, 2004, p. 311).

Novos modelos de aprendizagem surgem inovando todos os níveis da vida humana através da TDIC e ultrapassam o universo limitado dos educadores dando mais importância ao “aprender fazendo”, um dos pilares da educação (DELORS, 1998), onde se estabelece uma relação biunívoca entre conhecimento e mídia, sendo ambas indispensáveis para a prática concreta da aprendizagem.

Vygotsky (2007-2008), afirma que aprendizagem é um processo ativo que se dá ora interpessoalmente ora internamente. Em outras palavras o sujeito age sobre o meio onde se desenvolve e em primeiro lugar se destaca o social, ou seja, a interação com o meio, e depois se visualiza o individual.

O curso MHSF leva em conta esses conceitos e características acima expostos, como também os princípios do enfoque por competências dirigido à ação, que contempla o estudante em três dimensões: como agente social, como agente intercultural e como agente autônomo.

O espanhol como língua de comunicação internacional, já ocupa uma posição de importância e as universidades não poderiam ficar alheia com respeito ao ensino desse idioma no Brasil. A primeira tentativa de implantação desse idioma na escola pública surgiu com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação — LDB (Lei 9.394/96). A LDB resgatou o valor do ensino de línguas estrangeiras no Ensino Fundamental e Médio e atribuiu à comunidade escolar a responsabilidade pela escolha de qual língua seria ensinada.

A segunda possibilidade veio com os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) que corroboraram o que antes havia sido defendido pela LDB. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (2000) destacam a importância do conhecimento de outra língua para a formação do indivíduo.

Cabe destacar que o E/LE ganhou um espaço significativo no contexto educacional ao tornar-se regulamentada pelo governo brasileiro no currículo escolar. De acordo com a lei 11.161 (05/08/2005) a língua espanhola deve fazer parte do currículo das escolas públicas e particulares de todo o Brasil, e segundo o site oficial do MEC (2015), a implantação da lei seria gradativa e deveria ser concluída no prazo de cinco anos, ou seja, até 2010. Porém o 22 de setembro de 2017, o presidente revoga a Lei nº 11.161/2005 que incluía a língua espanhola entre os conteúdos obrigatórios do ensino médio.

1.1 A página web do curso MHSF

O curso MHSF foi ofertado através das possibilidades pedagógicas de Moodle 2.0. O pesquisador Martin Dougiamas (2001), cientista computacional e educador é quem desenvolveu o Moodle, a partir de sua pesquisa de doutorado. O Moodle é um software livre, gratuito e aberto e pode ser carregado, utilizado, modificado e distribuído. Ele é um projeto de desenvolvimento contínuo. Por propor uma aprendizagem colaborativa on-line, ele é considerado um ambiente baseado numa proposta sócio-construtivista.

Na hora de montar o curso MHSF se teve em conta de elaborar materiais adequados a realidade com fins pedagógicos, houve uma equipe multidisciplinar para tal fim. As estratégias pedagógicas utilizadas estiveram e estão em constante adaptação de acordo as necessidades das turmas e as demandas da sociedade do conhecimento como também o desenvolvimento das atividades que tem em conta promover a autoaprendizagem, concedendo autonomia tanto aos alunos como aos tutores e professores envolvidos no processo de ensino aprendizagem. Tudo isso realizado com interfaces bem atrativas e esclarecedoras.

O curso MHSF foi configurado no formato semanal com as diferentes atividades e recursos oferecidos. Algumas dessas atividades e recursos são ferramentas síncronas, ou seja, os usuários precisam estar conectados ao mesmo tempo para se comunicarem. As ferramentas de comunicação síncronas são as que permitem a participação de alunos e professores em eventos marcados, com horários específicos, via internet, a exemplo dos chats e as salas virtuais. Para esse tipo de interatividade, a comunicação em tempo real,

possibilita aos envolvidos uma sensação de grupo, de comunidade, o que pode ser determinante para a continuidade do curso, uma vez que preserva a motivação, a interação em tempo real, o retorno e a crítica imediata, encontros regulares, etc.

Outras dessas atividades e recursos são ferramentas assíncronas, ou seja, a interação entre os usuários ocorre em momentos diferentes. As ferramentas de comunicação assíncronas como o Fórum, o Diário, o diálogo, a lição, entre outros, são consideradas como revolucionárias pois possibilita que o usuário faça sua intervenção de forma mais tranquila e organizada, porque ele terá tempo para sistematizar sua opinião, comentário, respostas, etc.

No curso MHSF destacamos como diferencial motivador, a utilização de personagens animados para a elaboração dos vídeos, a partir do software Go!Animate, uma ferramenta de autoria, no intuito de compreender frases e expressões de uso frequente da língua espanhola de forma lúdica e divertida.

Figura 1 – Imagem dos vídeos da unidade 2 do curso MHSF com o uso do software Go! Animate



Fonte: <https://www.youtube.com/playlist?list=PL9B1B180FC00FA356>

Foram dispostos em número de sessenta vídeos no YouTube para a oferta do curso MHSF, nível A1. Youtube é uma página web (www.youtube.com) muito popular utilizada para compartilhar vídeos utilizando formato adobe flash para exibir seu material. Este site tornou-se fascinante para nosso curso, pois venho a facilitar o ensino aprendizagem da língua espanhola e o conhecimento da cultura hispânica. Nestas páginas os usuários podem ver, subir e ainda compartilhar vídeos com pessoas do mundo todo, como também podem ser qualificados e comentados por qualquer pessoa.

1.2 A experiência: a oferta de E/LE nas cidades de Maceió e Arapiraca

O curso de espanhol básico, nível A1, MHSF foi elaborado com o objetivo principal de incluir e incentivar o

aprendizado do idioma espanhol, bem como propiciar um curso inovador no ensino da língua espanhola em EAD na Universidade Federal de Alagoas. MHSF também oferece aos candidatos a possibilidade de apreender a língua espanhola de maneira dinâmica e interativa, não só com aulas a distância, também com momentos presenciais de modo que esses candidatos tenham melhores condições de participar dos intercâmbios oferecidos.

O curso proposto, foi estruturado em seis unidades, tendo como propósito levar seus alunos à compreensão, em cada etapa, das competências: lexicais, gramaticais, funcionais, culturais e de sintaxes contrativas, visando atingir o conhecimento básico do nível A1 do Marco Comum Europeu de Referência para as Línguas.

O curso MHSF é ofertado em Maceió e Arapiraca em 3 turmas envolvendo 90 alunos, selecionados a partir de uma pré-seleção mediante Edital que ocorreu num período de uma semana de divulgação, 150 alunos fizeram suas inscrições e os primeiros 90 candidatos foram contemplados e distribuídos em três turmas:

Turma 1: com 33 alunos no período de 04 de julho de 2017 a 15 de agosto de 2017; Turma 2: com 24 alunos no período de 17 de agosto de 2017 a 30 de setembro de 2017. Turma 3: com 33 alunos no período de 09 de outubro de 2017 a 11 de dezembro de 2017.

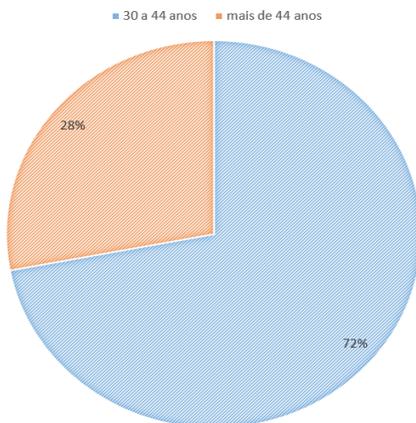
O curso foi dividido em 06 semanas, com carga horária de 80 horas, divididas em 60 horas a distância e 20 horas presenciais. As horas presenciais foram distribuídas em 5 encontros de 4 horas aula cada encontro. Normalmente

são aulas dinâmicas e interativas que acontecem em sala de aula e laboratórios de informática.

O curso MHSF foi ministrado pela professora (autora dessa dissertação). Os estudantes participantes do curso de ambos sexos, a maioria são professores que se sentiam atraídos em aprender a língua espanhola e também para seus estudos e provas de proficiência da língua para ingressar no mestrado e doutorado. Um 72% tem entre 30 e 44 anos e 28% tem mais de 45 anos. Todos os participantes da turma 1 e 2 residem no município de Maceió e os participantes da turma 3 residem no município de Arapiraca, do estado de Alagoas.

Gráfico 1: Idade dos alunos participantes da quinta etapa do curso MHSF

IDADE DOS ALUNOS DA QUINTA ETAPA



Fonte: A autora (2017) – Dados da pesquisa

A elaboração das aulas e o material didático utilizado ao longo do curso foi elaborado pela autora e uma equipe multidisciplinar com a utilização de ferramentas

colaborativas livres dando ênfase a elaboração de vídeos e vocabulário ilustrado.

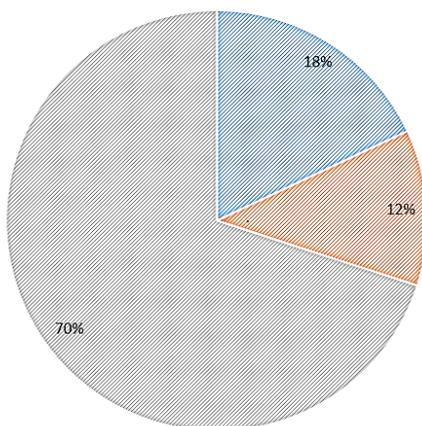
1.3 Análises dos resultados

Segundo enquete aplicada aos professores e funcionários participantes do curso em 2017, 12% já haviam tido oportunidade de estudar a língua espanhola e queriam lembrar aquilo que tinham já estudado muito tempo atrás para futuras viagens a países do Mercosul; 70% nunca tinham estudado espanhol e sentiam-se atraídos em aprender a língua espanhola. Ou seja, o curso de Espanhol a distância, MHSF, foi a primeira oportunidade de esses alunos entrarem em contato com o idioma em um ambiente virtual de aprendizagem. Por outro lado, 18% afirmaram ter necessidade de estudar o idioma para realizar provas de proficiência da língua espanhola e poder assim continuar a formação acadêmica e conseguir inserir-se em um programa de doutorado em um país hispânico, o que possibilitaria ter mais condições de posicionamento na sociedade.

Gráfico 2: Interesse dos alunos participantes pelo estudo da língua espanhola (2017)

INTERESSE PELO ESPANHOL

- Estudam espanhol para fazer provas de proficiência da língua
- Estudam espanhol para fazer viagens a países do Mercosul
- Primeira vez que tem contato com a língua espanhola



Fonte: A autora (2017) – Dados da pesquisa

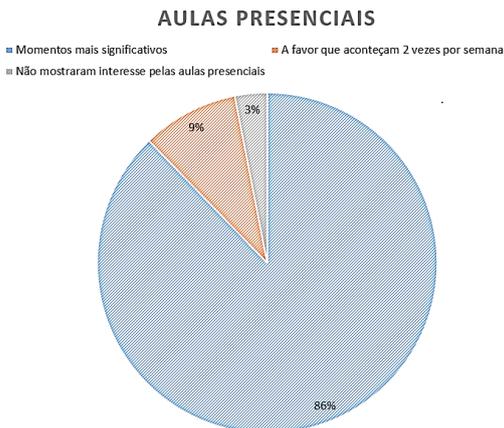
Nessa última etapa foram ofertadas mais aulas presenciais, 86% dos alunos catalogaram as aulas presenciais como os momentos mais importantes do curso, pois são momentos de interação e participação que tem permitido compartilhar as dúvidas, praticar a oralidade e adquirir mais conhecimentos.

Segundo Vygotsky (2001), o desenvolvimento cognitivo do aluno se dá por meio da interação social, interação com outros indivíduos e com o meio. A interação entre os indivíduos possibilita a geração de novas experiências e conhecimento. A aprendizagem é uma experiência social, a qual é mediada pela interação entre a

linguagem e a ação.

Por outro lado 9%, consideram que as aulas presenciais deveriam acontecer duas vezes por semana durante a duração do curso e 3% não mostraram interesse pelas aulas presenciais já que se trata de um curso a distância.

Gráfico 3: Opinião dos participantes sobre as aulas presenciais do curso MHSF (2017)



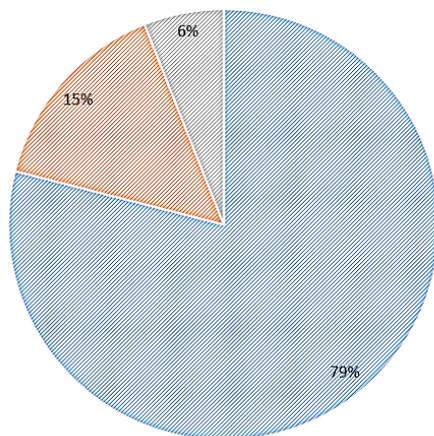
Fonte: A autora (2017) – Dados da pesquisa

Em seguida, os participantes opinaram a respeito do tempo de duração do curso. O Gráfico 4 mostra que 79% dos respondentes consideram a duração do curso muito curta, pois faltou desenvolver a unidade 6, propondo que o curso deveria ser de 100 horas e não de 80 horas, como estava no planejamento. 15% afirmaram considerar a duração suficiente e 6% se mostraram indiferentes.

Gráfico 4. Opinião dos participantes acerca da duração do curso MHSF (2017)

DURAÇÃO DO CURSO

■ Duração curta ■ Duração suficiente ■ Mostram-se indiferentes



Fonte: A autora (2017) – Dados da pesquisa

As falas indicam que os alunos desta etapa ficaram muito satisfeitos com o curso e motivados para novos possíveis cursos dos outros níveis nesse mesmo contexto para continuar com a aprendizagem da língua espanhola. A pergunta se continuaria o curso se houvesse uma oferta do Nível A2, 100% dos respondentes afirmaram que continuariam, pois, os conteúdos propostos para o curso MHSF despertaram interesse, houve muita interatividade tanto nos momentos a distância como nos momentos presenciais.

Cabe destacar que a maioria dos alunos disfrutaram da apropriação de artefatos tecnológicos como o celular com

acesso à internet denotando que fazem parte da cultura digital. Por esse motivo foram criados três grupos de WhatsApp correspondente para cada grupo: “Mundohispánico”, “Los hispánicos” y “Español Arapiraca” onde a interação aluno-aluno, professor-aluno e aluno-professor continuaram durante toda a durabilidade do curso. Nesses grupos foi utilizado uma linguagem dialógica sempre em língua espanhola acessível a todos e a maioria dos alunos afirmaram que os comentários e feedbacks das tarefas por parte dos alunos e da professora contribuíram para a construção do aprendizado.

Os resultados da experiência apontam que o curso de espanhol básico MHSF cada vez mais ganha adeptos e vem impulsionando o grupo interdisciplinar a seguir desenvolvendo novos recursos para elaborar e ofertar o nível A2 da tecnologia MHSF.

O resultado da tecnologia MHSF indicou que o uso combinado das distintas ferramentas de informática disponíveis no AVA, permitiu apresentar de forma virtual um ambiente com as condições adequadas para desenvolver as 4 habilidades (compreensão leitora, compreensão auditiva, expressão oral e expressão escrita) para que o processo de ensino aprendizagem da língua espanhola aconteça, se ajustando a realidade do aluno.

CONCLUSÃO

Inicialmente retomamos o objetivo geral do estudo que se concentrou em apresentar o curso de E/LE intitulado “Mundo Hispánico sin Fronteras” (MHSF) destinada a aprendizes iniciantes na modalidade da EAD e analisar a percepção dos alunos sob uma perspectiva social após a experiência de realizar o curso.

O presente trabalho apresentou os resultados de uma experiência da elaboração de uma página web para um curso de Espanhol como Língua Estrangeira (E/LE) através de um ambiente virtual de aprendizagem (AVA) destinado a professores e funcionários na modalidade da educação a distância (EAD), intitulado “Mundo Hispánico sin Fronteras” (MHSF).

A análise descritiva expressada através dos gráficos, mostrou que no universo pesquisado os resultados da experiência apontaram que:

- A oferta do curso MHSF foi positivo e representou uma primeira oportunidade de contato com a língua espanhola para a maioria dos alunos e se sentiram segundo a enquete aplicada muito motivados;
- Com respeito as aulas presenciais e o uso do audiovisual a maioria dos respondentes avaliou positivamente, enfatizando que as aulas e os vídeos foram bem planejados e importantes para garantir a qualidade do curso.

- A tecnologia MHSF, criada para fomentar o ensino aprendizagem de E/LE, contribuiu para a ruptura de paradigmas, buscando a inovação e melhoria do processo ensino aprendizagem de uma língua estrangeira, atingindo o equilíbrio adequado entre a metodologia e a tecnologia.

- Ficou evidente nos resultados da avaliação realizada entre todos os envolvidos no processo ensino aprendizagem da língua espanhola, o desejo de continuar o curso MHSF no nível A2, o que vem estimulando ao grupo interdisciplinar a seguir trabalhando e desenvolvendo novos recursos para facilitar a oferta de outros níveis e assim poder oferecer aos alunos mais e diferentes condições de posicionamento na sociedade.

Finalmente, estamos em um mundo onde a inserção das TDIC nos processos de ensino aprendizagem é diferente e inovador e também em um mundo onde o conhecimento de línguas estrangeiras é fator indispensável para se interagir nele.

REFERÊNCIAS

- AOLI, Adriano. O que significa WEB? Sergipe, 2011. Disponível em <http://adrianoaoli.com/blog/hospedagem-de-sites/o-que-significa-web>. Acesso em: 12/11/2017.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96. Brasília: Senado Federal, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica** - Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010. Brasília: MEC, 2010.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua estrangeira. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CARDOSO, T.; MATOS, F. Aprender línguas estrangeiras no século XXI: teletandem através do skype. Educação, Formação & Tecnologias. V. 5, n. 2, p. 85-95, 2012. Disponível em: <<http://eft.educom.pt/index.php/eft/article/view/308>>. Acesso em: 11 nov. 2017.**
- CASTELLS, M. Sociedade em rede - A era da informação: economia sociedade e Cultura. 6ª ed., Tradução de R. V. MAJER. São Paulo: Paz e Terra, 1999.**

- _____. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Tradução de M. L. X. de A. BORGES. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.**
- DELORS, Jacques. Educação: um tesouro a descobrir -** Relatório para UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Tradução de José Carlos Eufrásio. São Paulo: Cortez, 1998.
- FELIX, Jacqueline. Go!Animate: uma proposta pedagógica para cursos online. Anais do II Congresso Brasileiro de Recursos Digitais na Educação. 2013. São Paulo. Universidade Presbiteriana Mackenzie. Anais do Congresso. São Paulo, p. 720, 2013. Disponível em: <http://ead.mackenzie.br/eventos/course/view.php?id=6>. Acesso em: 26 agosto 2013.
- FORMIGA, M. M. M. Aprendizagem além-fronteiras em EAD. 2009. In: FORMIGA, M.; LITTO, F. M. (Orgs.). Educação a distância: o estado da arte. São Paulo: Pearson, 2012.
- GARDNER, H. Estruturas da mente: a teoria das múltiplas inteligências. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- LALUEZA, José L.; CAMPS, Isabel C. As tecnologias da informação e da comunicação e os processos de desenvolvimento e socialização. 2010. In: COLL, Cesar; MONEREO, Carles. Psicologia da Educação Virtual: aprender a ensinar com as tecnologias da informação e da comunicação. Porto Alegre: Artmed, p. 47, 2010.
- LEVY, P. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 1999.
- _____. O Que é Virtual? Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

- _____. Inteligência coletiva: para uma antropologia do ciberespaço. São Paulo: Loyola, 2007.
- _____. Web 2.0 e redes sociais na educação. São Paulo: Artesanato Educacional, 2013.
- MCGREGOR, D. Motivação e Liderança. Brasília. Editora Brasiliense, 1973.
- MUZINATTI, C. M. A. Mundo moodle: conhecimento em construção. 2005. Disponível em: <<http://cidade.usp.br/redemoinhos/?2005-03/fundamental>>. Acesso em: 4 mai. 2017.
- ORTIZ, Delia Hilda. AVA: Mundo Hispánico sin Fronteras. (MHSF). Maceió, 2015. Disponível em: <http://ava.ead.ufal.br/course/view.php?id=6472>. Acesso em: 06/11/17.
- PIAGET, J. A epistemologia genética. Petrópolis: Vozes, 1971.
- SCHLEMMER, E. Metodologias para educação à distância no contexto da formação de comunidades virtuais de aprendizagem. 2005. In: BARBOSA, R. M. (Org.). Ambientes virtuais de aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- VYGOTSKY, L. A construção do pensamento e da linguagem. São Paulo: M. Fontes, 2001.
- _____. Pensamento e Linguagem. São Paulo. M. Fontes, 1989.

CAPÍTULO VI

LIBRAS — MÃOS QUE TRANSMITEM SONHOS A VIDA DOS QUE NÃO OUVEM

*Marluce Ferreira de Carvalho*¹¹

1. INTRODUÇÃO

Ao tomar como base o conceito básico de comunicação, chega-se à definição de uma informação partilhada, que pode ser estabelecida por seres humanos e animais. Este ato, em si, é de suma importância para a convivência em sociedade, uma vez que através do mesmo pode-se expor a necessidade de alguém, bem como transmitir uma ideia, onde se fazem necessários 3 elementos básicos: emissor, receptor e código. E, por fim, ela pode ser classificada como verbal ou não-verbal. Trata-se como comunicação verbal aquela que pode ser falada ou escrita. Já, sua oposta, refere-se a sistemas não-linguísticos, como gestos, expressões e até mesmo exposição de imagens. É aí que se encaixa a linguagem de sinais.

Embora seja um método alternativo de comunicação estabelecida para um grupo específico, que possui necessidades especiais para interagir no meio social, a linguagem de sinais possui peculiaridades similares ao

¹¹ Graduada em Pedagogia; Especialista em Psicopedagogia, Educação Infantil e Formação Sexual. E-mail: marlucecarvalho58@gmail.com

sistema verbal. Um dos principais fatores que pode ser usado como exemplo para esta afirmação é a premissa de que, assim como qualquer língua, ela possui variações a cada país que é empreendida, logo, firmando-se a não-universalidade desta. Assim como cada país possui seu idioma específico, o sistema de uso da língua de sinais não seria diferente. Na Espanha, Japão, Estados Unidos possuímos, por exemplo, uma maneira distinta de expressar a mesma ideia através da gesticulação inerente à língua de sinais. Daí vem sua sigla, LIBRAS, que significa Língua Brasileira de Sinais. Ou seja, cada país tem sua definição para esta forma de comunicação, bem como suas variações, como se fosse uma espécie de convenção ou mesmo gramática (que, por sinal, também inclui estruturas reconhecidas e padrões linguísticos a seguir). É um erro acreditar que a língua de sinais não apresenta uma estrutura sintática, todavia estes erros muitas vezes estão ligados a ideias mal concebidas por aqueles que não têm um conhecimento mais amplo desta forma de comunicação.

2. LIBRAS: REFLEXÕES E UM OLHAR MINUCIOSO ACERCA DESTA LINGUAGEM

Alguns a alcunham como uma espécie de representação mímica, outros acham que é impossível representar uma linha de raciocínio completa utilizando-se somente desta comunicação, mas a realidade é que ela é uma língua completa e que, utilizada com o devido conhecimento pode expressar grandes discursos e oferecem ao seu usuário

uma gama tão completa de singularidades quanto sua versão oral ou escrita, tais como gramática, semântica, entre outras.

A linguagem é fundamental na construção do saber, bem como na construção da personalidade do indivíduo e sua integração social. Isso já foi apontado por diversas áreas de estudo e, com mais afinco por estudiosos como Vygotsky e Bakhtin. Para ambos, a linguagem não somente é utilizada como instrumento de comunicação, mas também no desenvolvimento do pensamento. Em função desta teoria, a situação linguística do surdo é muito crítica, uma vez que seu desenvolvimento cognitivo, emocional e social pode ser comprometido, de acordo, obviamente com o método interativo que utilizará no decorrer de seu processo de vida e aprendizagem.

Há certos mitos que, embora sejam expressivos e fáceis de se desmistificar, ainda prosseguem e precisam ser esclarecidos para que haja uma melhor interação com os usuários desta língua. Algumas barreiras se interpõem, infelizmente, na interação social do deficiente auditivo, que muitas vezes é tachado como incapaz, apenas por abrir mão de falar – quando é apenas surdo. O fato é que as pessoas, de modo geral, agregam a capacidade de estabelecer diálogo e expressão de ideias através de uma linguagem pautada apenas no som, na oralização e, uma vez que se encontra num espaço que abrange uma interação entre surdos, o interlocutor ouvinte acredita estar numa localização silenciosa e, conseqüentemente, ausente de comunicação, já que sua bagagem linguística baseia-se na produção de sons que estabelecem a comunicação. Porém, os surdos, em sua realidade, emitem ruídos através dos gestos que compõem

sua ferramenta de comunicação. A sociedade está acostumada com a produção oral-auditiva, mas por vezes esquece-se de que há o conceito de canal visu-gestual.

Existe, também, uma associação da ideia de que os surdos têm dificuldades para escrever devido a problemas com a língua oral. Talvez eles enfrentem, sim, um desafio, pois a escrita é uma habilidade cognitiva que envolve esforço de quaisquer interlocutores. O fato de a escrita ter uma relação fônica com a língua oral é o centro deste desafio, pois, segundo Ahlgren, são como símbolos abstratos para o indivíduo. (Ahlgren, 1994). Por mais que este ponto de vista possa ser sustentado baseado nesta afirmação, não pode ser visto como fator determinante para disseminar uma inabilidade pré-concebida, pois a relação que o surdo estabelece com a escrita da língua oral é distinta, porém errônea é a fusão de fala e escrita como uma coisa só, pois cria-se uma justificativa para discriminar a maneira que cada um utiliza sua língua. Bagno afirma em um de seus estudos, que há uma extrema necessidade dos professores ensinarem a ortografia oficial aos seus alunos, mas a gramática normativa não pode ser uma “aplicação autoritária, intolerante e repressiva”, pois ela é um dos mecanismos responsáveis pela manutenção do preconceito contra as diversidades linguísticas, disseminando ainda mais a exclusão social. (Bagno, 1999)

A surdez passa a ser um problema quando a própria sociedade na qual a pessoa está inclusa observa isso como um problema. Uma vez que a pessoa que apresenta determinada deficiência consegue interagir por meio de escolas que introduzam em sua rotina a utilização da

linguagem de sinais e assegurem o direito do indivíduo acesso a um ensino qualificado e ajustado de acordo com qualquer necessidade específica, ela passa a ser apenas mais um componente da sociedade que está usufruindo das utilidades apresentadas a todos. Existe uma espécie de problematização na dificuldade do ser humano em conviver com realidades diferentes .Ou seja, em grosso modo, o verdadeiro problema encontra-se naquele que convive com o diferente. Neste caso, aquele que convive com o surdo, usuário de língua de sinais.

É válido lembrar que, no tocante às questões sociais e culturais, os surdos deixam de ser vistos por todos pelas suas habilidades, capacidades e aspirações, para serem vistos apenas por limitações impostas em função de suas limitações. Infelizmente, a sociedade classifica como incapaz esse grupo de pessoas, apenas pela impossibilidade que apresentam em relação aos ditos “normais”, porém, em vista de tudo isso, poucas formas de inclusão são apresentadas e o indivíduo acometido por essa limitação precisa lutar contra uma sociedade que ainda impõe barreiras frente a isso, viabilizando a o advento do preconceito.

CONCLUSÃO

É mais do que evidente que, para que haja um progresso na interação social do deficiente auditivo, um maior preparo envolvendo profissionais formados principalmente pela área da educação seja feito. Os envolvidos precisam ter uma mente aberta e pronta para novas realidades, acolhimento dos indivíduos que necessitem de atenção e desprendimento na comunicação de sinais. Obviamente, isto parte também de uma iniciativa política que precisa ser implantada com eficiência. Não somente nas instituições de ensino para lidar com pessoas que necessitem se comunicar assim, mas, que hajam cursos preparatórios para diversas áreas de atendimento público, como hospitais, espaços culturais como museus, bibliotecas, terminais urbanos, entre outros.

É preciso salientar que, por mais que os deficientes auditivos tenham uma ferramenta de comunicação que lhes permita interagir com os demais, faz-se necessário abraçá-los socialmente falando, para que esta pequena diferença não os faça sentirem-se excluídos e, desta forma, possam desenvolver suas aptidões a acrescentar não somente às suas próprias vidas, mas à sociedade, exercitando o direito de cidadania como qualquer pessoa.

O problema não está na diferença, e sim, muitas vezes, na dita normalidade.

REFERÊNCIAS

AHLGREN, I. Sign Language as the First Language, in AHLGREN, I. & HYLSTENSTAM, K. (orgs.), *Bilingualism in Deaf Education. Hamburg: Signum-Verlag, pp. 55-60, 1994*

BAGNO, M. *Preconceito Linguístico. O que é como se faz. São Paulo: Edições Loyola. 1999*

^{Editora}
Φ *Phillos*

www.editoraphillos.com